

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 059

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 24 DE MAIO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i>	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro (licenciado) - Renato Gauchó - Serafina Carrilho - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Edno Guimarães; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama (licenciado) - Nelson Tureck; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSC 01: Miltinho Puppio.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 046ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
24 DE MAIO DE 2000**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Ademir Bier e Luiz Carlos Zuk.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kiele, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (47). Achando-se ausentes os seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Beto Richa, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli, Miltinho Puppio, Orlando Pessuti e Plauto Miró Guimarães (07).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

Ofício nº 162/2000

Curitiba, 23.05.2000.

Senhor Presidente.

Com os meus cordiais cumprimentos, compareço para solicitar autorização para que o senhor Frederico

Fonseca da Silva, engenheiro agrônomo do município de Cianorte, utilize 15 minutos a tribuna desta Casa no dia 24 de maio, para discorrer sobre o Desflorestamento realizado no citado município e o impacto ambiental de tal ação.

Na certeza da atenção de Vossa Excelência, antecipo agradecimentos.

Sala das Sessões, em 24.05.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 910

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, Regime de Urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 102/2000, que dispõe sobre o Salário-Educação.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe os Arts. 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 24.05.2000.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

Apoiamento:

José Maria Ferreira e Ademar Traiano.

REQUERIMENTO Nº 911

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 144/99, item 04, em 2ª discussão, de autoria do nobre deputado Pastor Edson Praczyk, constante da ordem do dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 24.05.2000.

(a) CEZAR SILVESTRI

REQUERIMENTO Nº 917-A

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, adiamento da votação do Projeto de Lei nº 370/99, de autoria do deputado Ricardo Chab, para a Sessão Plenária da próxima terça-feira, dia 30 de maio de 2000.

Sala das Sessões, em 24.05.2000.

(aa) RICARDO CHAB
VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 916

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da

sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento da senhora Miriam Beatriz Ibsch, ocorrido no último dia 15 de maio.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada, Avenida Cândido de Abreu, 469, conjunto 1602, CEP: 80.530-000, Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 24.05.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 917

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do senhor José Ravaneda Sobrinho, 20 de maio de 2000.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada Avenida Getúlio Vargas, 313, CEP: 86.820-000, município de Califórnia-Paraná.

Sala das Sessões, em 24.05.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 905

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, votos de congratulações pelos 44 anos da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater/PR, ocorrido em 20 de maio do corrente ano, com profícuo trabalho desenvolvido em todo o Estado do Paraná, principalmente em: lavouras, fruticultura tropical e temperada; olericultura; criações de animais, aves, peixes, abelhas, bicho-da-seda; recursos naturais e meio ambiente; economia, organização e desenvolvimento rural; assentamentos rurais e vilas rurais, bem-estar social das famílias, principalmente das de baixa renda.

Requer, outrossim, sejam notificados do feito sua Diretoria Executiva e todos os gerentes regionais, conforme consta de relação anexa.

Sala das sessões, em 24.05.2000.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Para justificar o feito, anexa-se a este 04 páginas do Site da Emater/PR, distinguindo-se sua história e suas áreas de atuação no Paraná.

REQUERIMENTO Nº 906

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos a Organização Educacional Tuiuti pela passagem do seu 42º aniversário de fundação.

Requer outrossim que da decisão da Casa seja dado ciência ao magnífico reitor professor Sydnei Lima Santos, para que receba e transmita esta homenagem da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a todos os diretores, professores e colaboradores.

Sala das Sessões, em 24.05.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É para nós um dia de gala, este dia em que festejamos 42 anos da Organização Educacional Tuiuti.

A carreira que o professor Sydnei Lima Santos escolheu é, sem dúvida, trabalhosa e ingrata, mas quão sublime e heróico não será o sacerdócio do magistério?

Arrancar almas à ignorância, iluminar espíritos imersos em trevas, semear nas consciências humanas o amor à virtude e ao bem, não será isto tudo um programa de apostolado dos mais elevados a que alguém se possa entregar?

A profissão educacional que o professor Sydnei abraçou só encontra paralelo na do sacerdote, razão porque também exerce um sacerdócio. E quem diz sacerdócio, diz sacrifício. Sacrifício esse que está sendo compensado, não com recompensas materiais, mas com alegria que enche a alma, alegria essa que é muito melhor que os galardões.

Em 1958, iniciativa o professor Sydnei a grande batalha, criando o curso preparatório para o exame de admissão ao Colégio Militar.

Em 1973, o crescimento foi inevitável, passando a se estruturar a Tuiuti como estabelecimento de ensino superior.

A instituição continuava crescendo tanto em estruturas quanto na qualidade de seus novos cursos, surgindo em julho de 1993 as Faculdades integradas da Sociedade Educacional Tuiuti.

Não parou por aí, pois, buscava um sonho maior, ou seja, o reconhecimento de todo Estado e também do país.

Com o empenho de todos o sonho se tornou realidade.

No dia 07 de julho de 1997, surge a Universidade Tuiuti do Paraná.

Hoje quando completa 42 anos conta a Tuiuti com 802 professores, 49 cursos e 14.400 alunos.

É pois, como uma demonstração desse nosso sentir que endereçamos ao professor Sydnei Lima Santos e toda sua equipe a homenagem da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 907

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações aos não fumantes de todo o país, pela passagem no próximo dia 31 de maio como o Dia Mundial de Combate ao Fumo.

Requer outrossim que da decisão da Casa seja dado ciência ao senhor Armando Martinho Bardou Raggio, secretário de Estado da Saúde e à senhorita Alcyone Vasconcelos Saliba, secretária de Estado da Educação.

Sala das Sessões, em 24.05.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 31 de maio, comemoramos o Dia Mundial de Combate ao Fumo.

O Fumo está sendo considerado o mal maior do século, matando mais que a AIDS.

Um terço da população mundial adulta, isto é: um bilhão e duzentos milhões de pessoas, são fumantes. Pesquisas comprovam que aproximadamente 47% dos homens e 12% das mulheres do mundo fumam.

Com os padrões de consumo atuais, mais de quinhentos milhões de pessoas vivas - entre as quais 200 milhões de crianças e adolescentes terão suas vidas sacrificadas pelo uso do tabaco.

O consumo do cigarro traz doenças graves como o câncer do pulmão 90% dos casos, enfisema pulmonar 80%, infarto do miocárdio 25%, bronquite crônica e derrame cerebral 40%. Aproximadamente 90% dos casos de câncer pulmonar são atribuídos ao vício de fumar e os outros 10% aos riscos determinados pela poluição atmosférica e pelo ambiente de trabalho.

No Brasil, 1/3 da população adulta fuma, segundo dados do Ministério da Saúde.

A Saúde é o bem maior do indivíduo.

É direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos. É o que dispõe o art. 196 da Constituição Federal.

São evidentes os malefícios trazidos pelo fumo, não só para os fumantes ativos, como passivos.

O Tabagismo representa um dos mais graves problemas de saúde pública em todo o mundo, sendo considerado pela Organização Mundial da Saúde uma epidemia que compromete tanto a saúde como o meio ambiente e a economia.

Estima-se que ocorrerão, até o ano 2020, 10 milhões de mortes por ano no mundo, de doenças ligadas ao fumo.

Para que o problema não atinja os patamares de mortalidade do primeiro mundo, torna-se importante que toda a sociedade se mobilize.

Cabe ao governo desenvolver ações educativas, como parte da estratégia para o controle do tabagismo, firmemente respaldadas na legislação em vigor.

Que se conclame a população a não fumar e, aos formadores de opinião, que emprestem e usem suas imagens em mensagens e exemplos que contribuam para a saúde da população.

REQUERIMENTO Nº 913

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao jornal O Estado do Paraná, na pessoa de seu diretor presidente doutor Paulo Cruz Pimentel, pelos vigorosos avanços tecnológicos em seu parque jornalístico.

Requer outrossim que da decisão da Casa seja dado ciência ao doutor Paulo Cruz Pimentel, diretor-presidente, bem como ao doutor Mussa José de Assis, diretor de redação, para que recebam e transmitam à todos os jornalistas, funcionários e colaboradores a manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná.

Sala das Sessões, em 24.05.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O jornal O Estado do Paraná vem dando saltos vigorosos de avanços tecnológicos que se revestem de uma extraordinária elevação da qualidade como jornal de informação, entretenimento e lazer. A informatização e a produção gráfica do jornal tem se aprimorado sobremaneira nos últimos tempos, com nova feição.

É importante destacar, por oportuno, que o jornal O Estado do Paraná, a despeito de todo esse estágio de modernização, tem se mantido fiel a seus princípios e sua linha editorial, o que lhe confere a consagração como jornal da família paranaense.

O jornal O Estado do Paraná, pelo seu poder visual, é sem dúvida um dos mais eficientes do Estado do Paraná, especialmente pela seriedade com que trata os assuntos de interesse geral da sociedade, para os quais se torna difícil encontrar palavras que as descrevam com tanta facilidade, impacto e emoção.

O Estado do Paraná, comandado pelo empresário doutor Paulo Cruz Pimentel, vem se construindo em testemunha da evolução e crescimento do nosso Estado. E, mais que isso vem cumprindo exemplarmente seu papel de veículo divulgador da nossa gente e da sociedade de um modo geral.

É um reflexo do espírito paranista de seu diretor presidente, um homem de rara sensibilidade, de profundo amor a esta terra e uma invejável vontade de contribuir para que o Paraná seja cada vez mais divulgado, mais, conhecido e mais respeitado.

Pelo exposto, e por tantos outros destaques deste jornal, a sua direção e o corpo de funcionários, jornalistas e colaboradores, fazem-se merecedores de nosso júbilo e de nossas congratulações, como atestado de que o sucesso é fruto do trabalho e da competência administrativa.

REQUERIMENTO Nº 908

Senhor Presidente.

O deputado que subscrive o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S/A, no sentido de atender o pedido do senhor Generoso de Campos Filho, residente à

Rua Salim Tacla, nº 553, Vila Oficinas, que pede agilização e previsão de instalação do terminal telefônico referente a inscrição nº 590.355, feita através do CPF 075.981.739-15, há 06 (seis) anos atrás. Se necessário, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 366-3457.

Sala das Sessões, em 24.05.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 912

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUEREM o envio de pauta de propostas de soluções do Setor de Educação do Estado do Paraná, para que sejam encaminhadas ao Ministério da Educação (MEC), Secretaria Especial da Presidência da República e a Bancada de Deputados Federais do Estado do Paraná, conforme segue:

01) Revisão de custo aluno em âmbito nacional, correspondente à razão entre os recursos previstos para o Fundef e a matrícula no ensino fundamental público em todo o País, no ano anterior, em conformidade com a Lei nº 9424/96 (Art. 6º, § 1º), e, em consequência, aumento da complementação da União ao Fundef.

02) Inclusão dos alunos da educação de jovens e adultos, já apurados pelo Censo Escolar do MEC, na matrícula considerada para definição dos cocientes de distribuição dos recursos do Fundef.

03) Abertura de cessão de créditos destinados ao ressarcimento das perdas líquidas dos municípios, em decorrência do Fundef, a exemplo do que já ocorre com os Estados na mesma situação.

04) Apoio à ação do MEC junto aos Tribunais de Contas de todo o País, com o objetivo de uniformização das orientações relativas ao Fundef, emanadas daqueles Tribunais.

05) Ampliação do mecanismo redistributivo de financiamento que o Fundef significa, para outros níveis e modalidades da educação básica, especialmente para a educação infantil, e discussão de mecanismos e fontes de financiamento para o ensino médio no País.

06) Garantia do mesmo per capita do ensino fundamental, no Programa Nacional de Alimentação Escolar, para os alunos de pré-escola e das instituições filantrópicas;

07) Ampliação dos recursos para o programa de transporte escolar do FNDE, através de repasse aos municípios.

08) Descentralização do Conselho Deliberativo do FNDE, com participação de representantes da União, Estados e municípios (definição de critérios a liberação dos PTA's pelo FNDE).

09) Ampliação dos recursos (e não a redução) dos valores oferecidos pelo FNDE, nos PTA's relativos a 1/3 do salário educação.

10) Imediata assinatura de todos os convênios não liberados em 1999 (FNDE-MEC).

11) Repasse regular e imediato dos recursos relativos à merenda escolar.

Nestes termos pedem deferimento, conforme os artigos 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 24.05.2000.

(aa) IRINEU COLOMBO,

JOSÉ MARIA FERREIRA, ADEMIR BIER,

EDGAR BUENO E DUÍLIO GENARI.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 163/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado o Pólo de Turismo Gastronômico, Cultural e Turismo de Negócios e eventos no Oeste do Estado do Paraná, centralizado no município de Toledo.

Art. 2º - O Poder Executivo do Estado do Paraná adotará os mecanismos para a sua criação através de regulamentação desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.05.2000.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

O Oeste do Paraná possui grande potencial para a implantação de uma ampla estrutura de Turismo e Lazer, para o que se faz necessário aprofundar o plano de desenvolvimento regional, criando até um possível roteiro integrado turístico entre todos os municípios com os principais eventos de cada um, objetivando um trabalho com melhores resultados para o Estado do Paraná.

O município de Toledo, portador dos selos da Embratur é integrado ao Programa nacional de municipalização ao turismo, tem se preparado e consolidado para os resultados da grande Indústria, com várias opções de turismo e lazer, na gastronomia, cultura, esporte e eventos de negócios.

Pólo Turismo Gastronômico, Toledo oferece uma variedade de pratos a base de carne suína, bovina, aves, peixes e hortifrutigranjeiros.

A Festa Nacional do Porco no rolete, anualmente em setembro, reúne em um só dia mais de 40.000 pessoas, constitui-se um dos grandes eventos gastronômicos do Estado, que por consequência resultou em mais 12 festas gastronômicas apresentadas e realizadas pelas comunidades distritais e de bairros de Toledo que hoje integram as Festas populares: Leitão à Sarandi (assado na grelha) em Novo Sarandi; Leitão Assado na estufa em

Vila nova Porco à pioniereiro (assado no tacho) na Vila Pioneira; o Porco na grelha em Vila Ipiranga; a Festa da Tripa Grossa e Lingüiça em dois Irmãos; o Porco na estufa recheado (com polenta) pelo Centro Cultural Ítalo Brasileiro em Toledo; a festa da Ovelha e Costelão ao Fogo de Chão em São Luiz d'Oeste, a Festa do Milho em Bom Princípio, a Festa do Peixe em Nova Concórdia do Oeste, a Michelfeste com costela na estufa em São Miguel; Festa nacional do Frango em Dez de maio, entre outras.

Turismo Cultural, Toledo também se integra a rota dos grandes espetáculos, democratiza e populariza a cultura teatral, com o 2º maior Teatro Municipal do Paraná.

Turismo de Negócios e Eventos, com mais de 10.800 m2 de área coberta, que engloba área para exposições e gastronomia, insere Toledo no contexto do turismo de negócios e eventos.

Integração como pólo gastronômico regional

O município de Toledo, colonizado por migrantes gaúchos descendentes de italianos e alemães, emancipado em 1953, com aproximadamente 100 mil habitantes, é o maior produtor agropecuário do Paraná, representando mais de 4% da produção do Estado, com ênfase as culturas da soja, trigo e milho.

Na pecuária, Toledo se destaca na suinocultura, possuindo o maior plantel de suínos e uma das maiores produções avícolas do Estado. Pioneiro na piscicultura nacional, Toledo possui cerca de 600 hectares de lâmina d'água entre açudes e tanques e atrai empresas internacionais para investimentos nesta área, consolidando sua posição de grande produtor e pólo tecnológico do setor.

Maior parque industrial do Oeste, Toledo destaca-se na produção moveleira, metal-mecânica, têxtil e química. A indústria, a agropecuária, o comércio e os serviços tornam Toledo um município privilegiado no Paraná, mantendo-se entre os nove maiores municípios em arrecadação de ICMS.

Com todo esse potencial, Toledo descobriu sua vocação na Costa Oeste, a gastronomia, e torna-se uma alternativa no turismo regional para quem além das belezas naturais, não resiste a um bom prato.

Tudo começou com o porco no rolete

Importante centro de suinocultura, Toledo começou a ganhar destaque no cenário nacional com a Festa do Porco Assado no Rolete, que nasceu numa brincadeira no Clube de Caça e Pesca em 1974 e cuja evolução criou a identidade do município. Surgida de disputa para assar um porco inteiro recheado em espeto com manivela, o evento se consolidou rapidamente e transformou o porco no rolete no prato típico apreciado nacional e internacionalmente, cuja festa, realizada anualmente em setembro, no Clube de Caça e Pesca, é uma das mais

importantes do Estado, há muito integrando o Calendário Oficial da Embratur.

De uma festa exclusiva do clube, hoje é um evento do município de Toledo e recebe amplo apoio do Estado através da Paraná Turismo e da Federação da Embratur.

Uma culinária diversificada

A valorização da suinocultura e da carne suína, graças ao sucesso do porco no rolete, não ficou restrita a este prato. As comunidades distritais de Toledo apresentaram novas opções para o consumo da carne suína criando as Festas Populares. Hoje podem ser saboreados o leitão à Sarandi (assado na grelha) em Novo Sarandi; o leitão assado na estufa, em Vila Nova; o porco à Pioneiro (assado no tacho) na Vila Pioneiro; o porco na grelha em Vila Ipiranga, a tripa grossa e lingüiça em Dois Irmãos e mais recentemente o maialo arrosto (porco na estufa recheado com polenta), criado pelo Centro Ítalo-Brasileiro de Toledo.

O potencial agropecuário de Toledo contribuiu ainda para o surgimento de outras festas populares com pratos, que embora não relacionados diretamente com a carne suína, estão ligados à culinária local. São a Festa da Ovelha e do Costelão ao Fogo de Chão em São Luiz do Oeste, a Festa do Milho em Bom Princípio, a Festa do Peixe em Concórdia do Oeste, a Michelfest em São Miguel com costela na estufa e a Festa Nacional do Frango em Dez de Maio.

Turismo Gastronômico na Costa Oeste

A Festa Nacional do Porco no Rolete e os pratos das demais Festas Populares nas comunidades do interior, conferem ao município de Toledo a condição de Pólo Gastronômico na região e integrando-se ao Projeto Costa Oeste também pela condição de sede microrregional na maioria dos municípios que fazem parte da proposta de incentivo ao Turismo.

Além da culinária, Toledo possui belezas naturais, com saltos e cachoeiras no rio São Francisco, um Parque Ecológico na região central da cidade com lago e diversos atrativos onde milhares de pessoas se concentram principalmente nos finais de semana. O Parque dos Pioneiros, Kartódromo, pista de motocross, bicicross, inúmeros pesque-pagues, e um aeroporto com uma das melhores condições de pouso no País são outras potencialidades que o município oferece.

Toledo atende a demanda do turismo regional numa de suas especialidades, a gastronomia, tendo o porco no rolete como seu carro-chefe. Não é por acaso que Toledo torna-se o pólo gastronômico regional, resistir ao saudável sabor da sua carne suína e de toda a culinária, significa tornar incompleto o passeio pelo Costa Oeste. O Centro Gastronômico instalado no Centro de Eventos tornar-se-á referência regional em gastronomia e atenderá ao turista que visitar a região

para integrar a beleza natural ao sabor da comida toledana.

Qualidade de vida

Além da astronomia e das potencialidades turísticas naturais, Toledo tem muito mais motivos para ser visitado. O município tem um dos mais baixos índices de criminalidade do Estado; é conhecido e elogiado pela inexistência de menores de rua, devido a eficiência de programas sociais que tornam nula a criminalidade infantil; os investimentos no ensino fundamental, médio garantem índices satisfatórios na formação social e cultural do cidadão; é pólo universitário, com quinze cursos em dois centros universitário; o comércio tem alto poder de competitividade e a qualidade ambiental do município é invejada nacionalmente pelos programas desenvolvidos, como o Lixo Útil, considerado pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), como o melhor programa de coleta seletiva de lixo reciclável por comida e beneficia milhares de famílias carentes.

Além do Centro de Eventos em fase final de construção, com mais de 10.800 m² de área coberta, Toledo possui um teatro moderno, de beleza arquitetônica invejável, com capacidade para 840 lugares, considerado o 3º do Estado e com uma das melhores acústica do interior.

A Usina de Conhecimento no Lago Municipal dá um toque sutil a beleza da cidade e a sua rede hoteleira, assim como os seus serviços públicos atestam o seu alto padrão de atender bem.

Visitar Toledo é mais do que saborear seus deliciosos pratos, é sentir o prazer de viver por alguns dias numa cidade hospitaleira e tranqüila provando da sua qualidade de vida.

PROJETO DE LEI Nº 164/2000

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Provopar de Cafelândia, denominado de Provocaf, com sede na cidade de Cafelândia, e foro na comarca de Corbélia, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.05.2000.

(a) ELIO RUSCH

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito deputado Ricardo Chab.

O SR. RICARDO CHAB

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero ocupar a Tribuna hoje, para tentar passar uma idéia com relação a um projeto que já está nesta Casa a algum tempo. É um projeto que qualifico de extremo cunho social e confesso que nem eu, como autor do projeto, esperava uma repercussão tamanha da sociedade.

Tenho que fazer um histórico aqui para que vocês possam entender: Temos acompanhado pela grande imprensa notícias, por exemplo, que vem de Santa Catarina, do Superior Tribunal de Justiça que impediu que um pescador ficasse sem água encanada. Este projeto que está aqui na Casa, senhor presidente, e inclusive fiz menção do nome de Vossa Excelência porque o senhor acelerou para que este projeto entrasse na pauta e agradeço publicamente. E, quero com este projeto, fazer com que a Copel e Sanepar retomem a função social que tinham antigamente. O senhor foi presidente da Sanepar e sabe da função social que ela tem e é bom lembrar que a Sanepar e a Copel são empresas que foram construídas com dinheiro público, de todos nós.

Então, o projeto tenta regulamentar a questão do corte do fornecimento de água e energia elétrica. Hoje o cidadão atrasa o pagamento por 30 dias e é o suficiente para que uma empresa terceirizada vá na casa do contribuinte, que a Sanepar e a Copel insistem em chamar de usuário, e interrompe o fornecimento de água ou de energia elétrica.

O que eu quero demonstrar no projeto é que o custo de uma família sem água para o Estado é muito mais alto do que se o Estado permitir que esta família tenha água tratada por um período até que ela possa regularizar o pagamento. Uma família sem água, e tenho casos comprovados de famílias que foram a poços sem nenhum tratamento, foram a valetas apanhar água para poder ter sua subsistência porque a água é necessidade, ninguém vive sem a água.

Então, coloco que o custo social de uma família sem água é muito mais elevado para o Estado do que se a família tivesse o acesso à água tratada. Representa mais gente nos Postos de Saúde, mais médicos nos postos, mais medicamentos, enfim, é muito mais dispendioso e oneroso para o Estado.

Este projeto, então, regulamenta a questão de energia elétrica e água. Ele trata cada cidadão, cada consumidor, como consumidor. Se eu, Ricardo Chab, deixo de pagar minha conta de água porque tive um problema de saúde em casa, ou minha esposa passou por uma cirurgia, enfim, tive uma questão financeira momentânea, e o Poder Público, no caso Sanepar e Copel vão a minha casa interromper o abastecimento, eu gostaria que antes que a Copel ou a Sanepar fizessem isso, chamasse o usuário para conversar e perguntar ao usuário: Por que é que o senhor atrasou a conta de água e por que é que o senhor atrasou a conta de luz. "Atrasei porque meu filho esta doente e eu escolhia ou pagava a água ou comprava o remédio para salvar a vida do meu filho, ou comprava os remédios e atrasava a conta de luz, ou um ou outro".

Então, a Copel e a Sanepar vão ter de votar a questão do caráter social. Ou seja, vão analisar cada caso sendo um caso e não apenas um número na telinha. Apenas mais um número.

Tenho casos inclusive comprovados, quero deixar patenteado nesta Casa, nesta tarde, estou pedindo o apoio, sei inclusive que há um trabalho da base do governo - eu pertencço à base do governo - lamento ter que dizer isso, mas pedindo para que votem contra o meu Projeto, acho isso uma lástima, e é por isso que eu quero sensibilizar os senhores, o projeto tem cunho social e eu não sei se amanhã ou depois a Copel e a Sanepar estarão totalmente privatizadas, e daí como é que se faz? E se a Copel for totalmente privatizada? E se a Sanepar for totalmente privatizada? Como é que nós vamos ficar?

Estas são as questões que eu quero levantar, nesta tarde. Estou pedindo o apoio de todos os senhores. É um projeto, como eu disse, de grande alcance social. Algumas pessoas insistem em dizer que o projeto é inconstitucional, porque o projeto permite, sim, o corte da água e o corte de energia elétrica. Porém, permite como última conseqüências. (Passa a usar o Horário PTB).

Então, o Projeto na verdade, vai colocar limites para a Sanepar e a Copel. Se vê só a sede de vontade da Copel e da Sanepar em prejudicar, na verdade, o contribuinte. A sede é o seguinte: se qualquer um de nós, Deputado Valdir Rossoni, ou melhor, se o senhor financiar um automóvel, o senhor não pagou a primeira prestação, o senhor está com o bem. Se o senhor não pagou a terceira prestação, a financeira recorre a uma série de caminhos até chegar à apreensão do bem. Isto não acontece com a Copel e a Sanepar. Se o senhor compra um automóvel, atrasa uma prestação, a financeira lhe manda uma cartinha. Se você atrasa a segunda prestação, a financeira manda para você uma cobrança extra-judicial. Se você atrasa a terceira prestação, a financeira manda para você uma cobrança judicial. Se você atrasa a quarta prestação - olha só que uma financeira, ela que vende dinheiro, é muito mais humana, hoje, que a Copel ou a Sanepar. E a Sanepar e a Copel são constituídas com dinheiro público. Quero deixar patenteado. A financeira, então, por último, faz o que? Busca e apreensão do veículo. É o contrário da Copel e da Sanepar, que primeiro interrompem o abastecimento da água e da energia elétrico.

Concedo aparte ao deputado Carlos Simões.

O Sr. Carlos Simões

Deputado Ricardo Chab, sua iniciativa é muito importante e interessante. Nós, que temos uma lida diária com a população da periferia de Curitiba e região metropolitana, direto com a população, embora tenha algum problema jurídico na sua intenção de fazer, ela pode até ser torpedeada técnica e juridicamente, após aprovado, mas a intenção é boa. Acho que seu projeto, de uma certa forma está chamando a atenção da direção da Sanepar e também do governo do Paraná. Um assunto muito impor-

tante e muito sério. Embora sejamos, pela manhã, concorrentes na comunicação, recebi pessoas que foram pessoalmente no meu escritório de rádio pedindo apoio ao seu projeto. "Olha, Carlos Simões, você precisa apoiar o projeto do Ricardo Chab". "Ah, com muito prazer, é um projeto importante e interessante e de cunho social excelente".

Então, pode contar com meu voto. É público e aberto e digo de antemão que mesmo que a idéia, juridicamente, não prospere, ela serviu para alertar a Sanepar e o governo do Paraná que se aproximem um pouquinho mais do povo e vejam como o povo está vivendo com muita dificuldade.

O SR. RICARDO CHAB

Deputado Carlos Simões, agradeço o seu apoio e posso falar aqui, que a exemplo de você, lá na rádio, na televisão em que trabalho, não passa um dia sem que não vá um pai de família com uma continha de água e de luz dizendo o seguinte: o motoqueiro passou ontem em casa e eu tenho que pagar hoje. E mais, e vou mais longe, a Copel e a Sanepar, deputado Carlos Simões, perderam aquela questão social. Hoje na verdade o que nós temos é apenas e tão somente a questão técnica. Então, eles colocam aqui a questão, não, o seu projeto é inconstitucional. Não é inconstitucional. Eu não vejo inconstitucionalidade nenhuma no projeto, pois o projeto prevê sim o corte de água e energia elétrica. O meu projeto não deixa, não aumenta a inadimplência. Pelo contrário. O meu projeto quer apenas que a Sanepar e a Copel possa chamar o senhor, Carlos Simões, e falar - olha o senhor está com a sua água atrasada, com a sua luz atrasada, por que o senhor está? Estou porque perdi o emprego, mas se eu pagar em duas, três vezes eu posso manter, pode deixar que eu pago. É por aí. É só uma conversa.

Eu quero, eu tenho notícias, informações de que a Copel chegou semana passada num asilo com 62 idosos. A mulher do asilo pediu pelo amor de Deus que não se cortasse a luz pois ela vive de caridade. Eles ouviram? Ouviram absolutamente nada. Interromperam sim a energia elétrica. E se uma daquelas mulheres, deputado Rossoni, que é obrigada a usar um respirador de oxigênio, através da energia elétrica, morresse? De quem seria a responsabilidade? A questão social da energia elétrica, a questão social da água, gente?

Então, o que eu peço na verdade é que apenas a Copel e a Sanepar revejam o seu posicionamento.

O Sr. Nelson Garcia

Permite um aparte, deputado? (**Assentimento**).

Deputado Ricardo Chab, eu também, como o deputado Carlos Simões, tenho recebido da região de Umuarama, principalmente pela imprensa que é para ficarmos juntos neste seu projeto.

Quero parabeniza-lo. Sei que juridicamente vai te dar trabalho, mas eu queria emendar mais ainda. Recebi uma comissão de pescadores do litoral paranaense e estes

pescadores eles ficam no período de dezembro a abril sem poder pescar. É proibida a pesca, eles não tem rendimento. Os companheiros da ilha, o que está acontecendo? Eles recebem do Governo Federal uma cesta básica, mas esta cesta só vem no mês de abril. Não vem em janeiro, fevereiro, março. E o que acontece? Eles ficam sem condições, sem rendimento nenhum. E a reclamação deles é que já estão cortando toda a energia. Então, por aí você vê, dos pescadores que são proibidos de trabalharem, que são proibidos pelo Ibama, que não tem condições de buscar o seu sustento à sua família, não tem condições de esperar também para a hora que eles pescarem pagar esta energia. Não, eles já cortam a energia e estão cortando nas ilhas o Estado do Paraná, agora, neste período agora, sem ter condições de rendimento. A pesca abriu dia 15. Agora que eles vão ter dinheiro e não tem dinheiro para pagar a luz e nós vamos deixar cortar?

Então, parabéns pelo seu projeto. Eu quero dizer para você que estou do seu lado, e vou votar a favor.

O SR. RICARDO CHAB

Obrigado, deputado Nelson Garcia. Só quero colocar aqui, sem ironia, deputado Nelson Garcia, que nós, eu, o senhor, falamos facilmente o nome dos pescadores, porque com certeza o sobrenome deve ser Santos, Silva, nome comum. Agora, eu duvido que o senhor consiga me falar, sem fazer bico ou gaguejar o nome de alguns dirigentes da Sanepar, hoje, porque são franceses. Fica difícil falar o nome de um diretor sem fazer bico, fica difícil.

O Sr. Luiz Carlos Martins

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento).

Deputado Ricardo Chab, parabéns pela sua iniciativa que tem a sensibilidade de ouvir o clamor, principalmente das classes menos abastadas.

Estes mesmos, deputado Ricardo Chab, que vão lá, que determinam o corte da água e da energia elétrica, estes mesmos são aqueles que nos criticam pelo assistencialismo que nós fazemos.

Agora, é claro, vão criar empecilhos jurídicos para o seu projeto, é problema deles. Nós estamos fazendo o nosso papel, porque Vossa Excelência sabe que o banho mais famoso hoje em Curitiba e região metropolitana é o banho “tcheco-tcheco”, com a água do vizinho. Então este é o banho da moda em Curitiba e região metropolitana, principalmente na periferia.

Então, o companheiro Ricardo Chab pode contar com o nosso apoio para este projeto.

O SR. RICARDO CHAB

Só colocando aqui, estendendo as colocações do deputado Luiz Carlos Martins, o que o deputado Luiz Carlos Martins colocou é exatamente a expressão da realidade hoje, nós temos bairros aqui na região metropolitana aonde a falta de água dura oito dias, sete dias, isso é

frequente. e mais, ontem a noite a comunidade ali do Uberaba de Baixo interrompeu a Avenida das Torres por uma hora por faltar energia todas as noites. Agora eu pergunto: A Copel deixa cobrar a conta dessa gente? É claro que não deixa. A Copel não vai lá interromper o fornecimento de energia elétrica? É claro que vai. Então, são colocações que nós temos que fazer a Copel e a Sanepar voltar à sua origem, à questão social da água e o caráter social da energia elétrica. Hoje pela manhã, deputado Irineu Colombo, recebi a visita de uma senhora que é presidente da Associação Protetora dos Animais do Estado do Paraná, ela tem 800 animais no seu quintal, são animais abandonados, são 700 cães, e 100 gatos. Ontem a Sanepar foi até a Associação de Proteção aos Animais e interrompeu o abastecimento de água, sabe por quê? Porque ela está com a água há sessenta dias sem pagar. É uma outra entidade que vive de benesse da população. Aí eu pergunto, então, isso reflete exatamente no meu projeto, que na Sanepar ou na Copel o senhor deputado Colombo é um número. Nós somos apenas e tão somente um número. Por que não a Sanepar acionar o pessoal da Proteção aos Animais, chamar para conversar e perguntar: olha, nós sabemos que você tem lá 1000 animais quase, se nós deixarmos vocês sem água nós sabemos das dificuldades que vocês vão passar.

Então, falta exatamente isso, humanizar. Um aparte ao deputado Irineu Colombo.

O Sr. Irineu Colombo

Deputado Ricardo Chab, quero aproveitar até o ensejo, evidentemente que o projeto de Vossa Excelência ele aborda o problema do corte de água e luz, ou não fornecimento de serviços básicos à saúde e à sobrevivência do ser humano, e porque não dizer da dignidade, sobre o enfoque legal.

Quero aproveitar a oportunidade então para fazer uma homenagem ao ex-deputado desta Casa, deputado Ernani Pudell, que tem um projeto que na ocasião, claro com uma outra abordagem, que permitia a pendura, essa pessoa por exemplo está sem emprego, ela poderia pendurar durante seis meses a conta de água e a conta de luz.

Essas abordagens, na minha avaliação, elas têm que ser exaltadas porque o serviço público há muito tempo, e o Estado já há muito tempo observou que o fornecimento das garantias básicas de sobrevivência é a garantia de dignidade para a pessoa; tanto é que no Brasil esses serviços sempre foram públicos, estatais, nós muitas vezes não concordamos inclusive com a falta de publicidade e da forma como eram administradas. Mas ultimamente esse procedimento de privatização levou exatamente a colocar essas empresas, que são lucrativas como a Sanepar, e a Copel, nem se fala da Copel, altamente lucrativa, geradora de conhecimentos e experimentações, levou a uma avaliação numérica como Vossa Excelência falou. Nós somos um número. Infelizmente o neoliberalismo, a nova abordagem econômica está colocando o ser humano em 3º, 4º plano. E por fim, dar um

testemunho que vem da cidade de Guaíra que eu já me referi nessa tribuna. Uma senhora, viúva, tinha dois filhos em casa, sem condições de pagar a luz, a energia foi cortada, e ela começou, para improvisar a iluminação noturna, usar velas. Uma noite dessas foi o vizinho procurar socorro para a filha mais nova que estava doente, quando voltou, a casa, modesta casa, estava em chamas, e perdeu as suas duas filhas. Estive na festa das Nações há poucos dias em Guaira e tive a oportunidade de encontrá-la, e ela veio pedindo que nós façamos alguma coisa, não por ela, ela é muito cristã, ela é muito ligada à Igreja, ela conseguiu encontrar forças para sair novamente à rua. Mas ela falou: pelos outros, que nós façamos alguma coisa. Me reporteí a Vossa Excelência e me lembrei do caso. essa senhora foi vítima, perdeu as duas crianças, vítimas da insensibilidade social dessa empresa, até agora por enquanto pública, chamada Copel. Portanto, o nosso apreço e apoio ao vosso projeto.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado, permite-me um aparte?

O SR. RICARDO CHAB

Só para concluir o que o deputado Irineu Colombo colocou. Esta situação temos com uma maior frequência em uma área de ocupação, aqui, em Curitiba, e infelizmente três pessoas já morreram eletrocutadas exatamente por causa do chamado gato. É uma situação quase que idêntica, de pessoas que morrem eletrocutadas, porque insistem em não oficializar a colocação da energia elétrica em área de ocupação e sem água. Quero acrescentar um dado social, de que aqui na Região Metropolitana três pessoas da mesma região, do mesmo bairro, morreram eletrocutadas.

Concedo um aparte ao líder do governo, Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni

Meu caro deputado Ricardo Chab, quero dizer a Vossa Excelência que, quanto ao mérito do seu projeto, nada a se opor, votaremos favorável ao seu projeto. Acho que deveríamos, se possível, estabelecermos talvez um diálogo, para termos um pouco de cuidado no alcance da sua lei e para que ela seja sancionada e não seja vetada, se é esse o nosso interesse.

O SR. RICARDO CHAB

Esse é exatamente o objetivo: fazer com que o projeto seja sancionada pelo governo.

O Sr. Valdir Rossoni

Gostaria de fazer uma proposta a Vossa Excelência... O seu projeto é abrangente e Vossa Excelência faz aqui no seu pronunciamento em cima do problema social. E todos nós reconhecemos as dificuldades da classe menos favorecida da sociedade. O seu projeto não especifica essa classe ou categoria ou não classifica. Talvez

fosse melhor nós, através de um entendimento colocarmos uma emenda, dentro de um patamar razoável, onde fossem beneficiadas essas pessoas que Vossa Excelência está defendendo e nas quais eu também defendo, para que viabilizássemos esse projeto e ele não fosse vetado. Coloco isso como proposta a Vossa Excelência e se tivermos abertos a essas discussões, poderíamos retirá-lo no dia de hoje, fazendo um acordo com o presidente, acordado com uma emenda, estudaríamos essa emenda para que esse projeto fosse aprovado, sancionado e nós fôssemos de encontro a essas pessoas menos favorecidas. Porque se formos com esse projeto abrangente como está, aqui, acredito que poderemos ter dificuldade, porque de repente um grande empresário - e você sabe que não podemos fazer prejulgamento - pode se beneficiar de um projeto que tem cunho social. E esse empresário que tem uma grande soma ou o valor é muito grande, ele pode usar desse artifício, no qual estamos querendo beneficiar o carente, vamos beneficiar aquele que tem condições de pagar e através da artimanha, ele não terá esse mesmo procedimento. Coloco para Vossa Excelência que é um deputado compreensivo. Poderemos deixar acordado, para votarmos no dia de amanhã esse projeto, com o estudo de uma emenda. Poderíamos convocar os líderes, discutirmos uma emenda que fosse em um patamar razoável e que fosse acessível, para que nós inviabilizássemos o projeto. Esse é o meu entendimento e essa é a minha vontade, mas respeito a sua decisão.

O SR. RICARDO CHAB

Líder Valdir Rossoni, não coloquei isso no projeto, porque eu não queria fazer discriminação. Como surge esta proposta em plenário, acho que pode ser estudada perfeitamente. Vou mais longe e quero lembrar ao senhor - que a Sanepar não lembre isso e o nosso presidente foi o seu presidente - que a Sanepar deve muito para o cidadão paranaense. Eu explico porque: o senhor paga a taxa mínima que são 10 m3 de água.

Use ou não use, todos nós pagamos 10 m3. Isso sabemos, são estudos da própria companhia de abastecimento que uma família com 3 pessoas não consome mais que 7 m3 por mês, e olha, família que desperdiça água! Consequentemente esta família tem 3 m3, todo mês, em haver com a Sanepar e a Sanepar não devolve absolutamente nada. Aí pensei na questão de socializar isso, ou seja, dividir este bônus que fica com a Sanepar com aqueles que estão inadimplentes e não estão pagando.

Por isso, eu, em que pese acatar a sua idéia, vou acatar, acho de fundamental importância, porque temos que prosperar, não podemos deixar como está, acato perfeitamente, mas acho que a Sanepar mesmo assim fica devendo para a gente! Ela cobra 10 m3 da família que não consome os 10 m3 e ela poderia, perfeitamente, distribuir este bônus que ela tem para quem não paga, impedindo que a água fosse cortada.

Agora, acato, aceito, vamos discutir, acho de fundamental importância colocar aqui, para o Plenário o

seguinte: - Copel e Sanepar têm que mudar a postura perante o consumidor, não somos meros usuários, somos consumidores, consumimos algo que é de primeira necessidade, para nós, eles não podem nos tratar apenas como um número. O senhor é visto na tela da Copel e da Sanepar, apenas como um número, sou visto, o asilo é visto, o hospital é visto como um número.

Outro dia levei um padre do Pequeno Cotelengo, para negociar as contas atrasadas da Copel, o Pequeno Cotelengo, que é uma instituição de caridade seríssima, são 90 meninas excepcionais, abandonadas pelas famílias, e estas meninas excepcionais estavam prestes a ter a energia elétrica interrompida, exatamente por isso.

Então acato a sua idéia, vamos fazer um acordo com o presidente, vamos retirar o projeto para que volte na próxima sessão, amanhã tem outra sessão, para que possamos até melhorar, até colocar um parâmetro que não coloquei, falo aqui, publicamente, por quê? Para deixar que pudéssemos negociar, para que tivéssemos um acordo com a Sanepar e com a Copel.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

2º orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados.

Os debates que se travaram nesta Assembléia Legislativa, nestes momentos aqui, na realidade são uma radiografia do Estado neo-liberal, aqui do Paraná.

Estou, deputado Chab e outros que o apartearam aqui, extremamente surpreso com aquilo que foi dito aqui. Porque vendo o programa do PFL e as propagandas da Prefeitura de Curitiba, todos os dias, em todos os jornais do Paraná, e do governo do Estado, além, inclusive, das fronteiras paranaenses, estava me convencendo que estava vivendo no paraíso! Mas como, tem gente, aqui em Curitiba, que fica sem água durante 8 dias? Mas como isso pode acontecer, senhor presidente, senhores deputados, este maravilhoso Estado neo-liberal que faz caça aos sem-terra todos os dias, está sendo criticado pelos seus próprios defensores? Não entendo mais nada! Não entendo mais nada nessa política nacional, brasileira, aqui do Paraná, não entendo mais nada!

É um estado que é, por excelência, o rei da ecologia! Só no papel! E não é só a água que cortam dos pequenos, não é só a energia elétrica que é cortada, outro dia este governo cortou a possibilidade de sustento de 36 famílias que viviam há 14 anos lá em Espigão Alto do Iguaçu! E devem ter feito grandes comemorações. Será que o Secretário José Tavares esteve lá de helicóptero para ver o que fizeram?

Vendo as notícias de Espigão Alto do Iguaçu me lembrei de um pequeno agrupamento agrícola lá no Vietnã. Quando o exército americano veio com tudo aquilo que tinha de armamentos. Eliminaram aquela Vila

Rural. Nem porcos, cães não deixaram com vida. Crianças, velhos, homens e mulheres foram todos trucidados em nome do estilo de vida que os americanos querem que tenhamos.

Não me conformo, num estado em que o governador fala que tem apego a discussão, ao diálogo, que tem respeito a ecologia possa autorizar uma ação como essa que autorizou. Depois de 14 anos as pessoas vivendo ali, nascendo ali foram tocadas como se bandidos fossem. Mas alguma coisa já está acontecendo de positiva. Tenho aqui na “Gazeta do Paraná” de que vinte prefeitos da região se reuniram com os representantes do MST. Como num regime democrático deve se fazer. Sentaram à mesa e se perguntaram: o que vamos fazer com essas famílias que foram tocadas desse assentamento e que serão tocadas de outros assentamentos? Inclusive eles dão o testemunho de que seus municípios começaram a progredir com a presença desses irmãozinhos desvalidos da sorte que são os sem-terra. Já é um ponto inicial e o governador, o Líder do governo e os deputados do governo deveriam caminhar todos por essa vereda, da discussão aprofundada sobre isso que está acontecendo no Estado do Paraná.

Vi outro dia as declarações das pessoas que moram num bairro aqui de Curitiba. Eles dizendo que melhorou 100%. A manipulação de ignorantes para fazer levar a todas as casas do Paraná uma mentira. Este estado está cheio de problemas. Não adianta parar e matar sem-terra na estrada. Não adianta virem com essas mentiras que estão colocando todos os dias. É preciso que saia, não da minha cabeça, nem da cabeça individualizada de ninguém, é preciso ter coragem para se sentar, se for o caso com o inimigo. Porque a sociedade brasileira está dividida sim. Se faz todo esforço, através da mídia, para satanizar a luta daqueles que não tem o que comer. Choca-me ver alguém oferecer um bule com leite para um policial e receber um tapa na cabeça. Esse é o governo que temos aqui no Paraná. Como outros que estão por aí.

Famílias desalojadas, a oligarquia rural sabe que outro dia babava de satisfação com a passagem, daquele criminoso projeto, do novo Código Florestal, precisa acordar que as coisas não são do jeito que eles pretendem que seja.

A sociedade vai se organizar, os professores vieram, aqui, reclamar de uma reposição de 38,1% e saíram daqui cantando a “Professorinha”.

(Música)

Estão aí de novo, daqui uns dias estarão as portas do Palácio para protestar, porque a reposição agora já não é de 38,1%, agora é de 43% mais ou menos.

Essas coisas aconteceram enquanto os deputados reclamam, aqui, da Copel e da Sanepar. Mas qual Sanepar? Essa que é francesa ou a Copel que amanhã já não será, também, paranaense. Qual? O que é que vamos fazer? É preciso que esse governo, senhor Líder do Governo Valdir Rossoni, tenha à disposição de se sentar à

mesa, com quaisquer que sejam os que estão reclamando, para não deixar essas coisas acontecerem.

Não é possível que se resolva problemas dessa maneira. Não me venham com “o papo furado”, perdeu prazo, que a terra já tinha sido feita, através do assentamento do Incra. O que acontece, na realidade, é que o governo do Estado, segundo as informações, descumprindo a lei, chega em determinado local do Paraná, arranca 36 famílias que estão há 14 anos, lá. Jogam-os dentro de um Ginásio de Esporte ou na beira das estradas e vem para casa de helicóptero achando que resolveram os problemas.

Vamos ficar aqui ouvindo a propaganda do governo, dia e noite, sem parar, que vivemos na República paradisíaca do Iguçu.

Concedo a aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Valdir Rossoni

Vossa Excelência é sem sombra de dúvida, um dos deputados mais experientes desta Casa. Vossa Excelência foi deputado federal, hoje é deputado estadual, foi prefeito e, quando ouço o seu pronunciamento, aqui, me pergunto?

A decisão da Justiça é para ser cumprida ou não?

Quero comunicar a Vossa Excelência e, acho que o senhor tem conhecimento, que o despejo do Espigão Alto foi uma decisão do Supremo Tribunal Federal, depois de 14 anos, determinou a reintegração de posse. Isso é importante!

A pergunta que faço: A decisão da Justiça é para ser cumprida ou não?

Tenho que trazer aqui na luz da verdade o fato que ocorreu: No desejo de Espigão Alto, o Incra disponibilizou uma área para colocar essas famílias, mas essas famílias se recusaram a ir para esta área disponibilizada, pelo Incra.

Tenho certeza, que Vossa Excelência, como um democrata que é, num País aonde nós vivemos a democracia, nós sabemos dos problemas sociais que vive este País. Mas, nós sabemos também, que para a democracia ser exercida o primeiro princípio é o respeito à Lei.

Nada mais e nada menos, a ação que foi feita em Espigão Alto foi feita em cima de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, depois de 14 anos.

Eram essas as explicações que queria dar a Vossa Excelência, não tenho a pretensão de convencê-lo a mudar o seu discurso, porque é um posicionamento ideológico, mas é importante que todos saibam o porquê dessa tomada de decisão.

Muito obrigado.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, eu gostaria de ver essa decisão do Supremo mas tenho certeza que a decisão não foi dada para ser cumprida daquela maneira. Eu não sou de dar conselho para ninguém, mas de posse de uma decisão do Supremo, como Vossa Excelência diz, não custava que o

governo que tem tantos meios ao seu alcance, pudesse chegar lá, discutir. Não! Chegam lá com os relatos que a gente ouve, como se fosse aquele filme do Copolla. Eles vêm de helicóptero sim e vão arrasando com o mundo. Eu não sei se essa é a maneira de resolver um problema. Logicamente que o governo deveria estar acompanhando, através dos seus secretários, da sua assessoria e num caso desse, de uma ocupação e é preciso que se faça diferença entre ocupação e invasão, porque procuram confundir, era necessário que se colocasse o diálogo à frente de toda ação governamental. O que é que ganha um governo que se diz democrático, com uma ação que parece mais uma ação dos nazistas na 2ª Guerra Mundial? O que fazer com isso? Concordar? É uma decisão do Supremo. As decisões da justiça deverão...(senhor presidente, solicito à presidência que, se possível, colocássemos também alguns microfones aqui atrás da tribuna, para que todos pudessem ter consciência e pudessem ouvir das discussões que se fazem aqui, porque são muitas e interessantes as outras discussões que temos e inclusive eu estou colocando aqui os microfones à disposição dos outros que querem ocupar a tribuna. Até outro dia, não era possível falar nesse microfone. Me perdoem talvez, a impertinência!).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Waldyr Pugliesi, me perdoe, talvez eu não tenha compreendido. O som não estava até outro dia. Passou um ano e tanto, uma porcaria.

Agora, depois de tantas reclamações, o som está bom. Eu estou reclamando dos que estão atrás do orador, falando e eu me obrigo, senhor Líder Rossoni, muitas vezes, a levantar o tom a minha voz para que eu não possa me perder no meu raciocínio, porque gritam mais do que eu esteja falando alto. É aquela diferença dos decibéis a que nos referimos em outra oportunidade.

Senhor presidente, eu quero dizer que nenhuma desculpa cabe a um governo que quer caminhar na direção de ser tido como Estado de Democrático de Direito agindo dessa forma, durante a noite, invadindo casas de lavradores que estão há 14 anos. Imaginem um deputado morando num lugar há 14 anos e tendo uma discussão na Justiça, ser acordado pela manhã ou pela madrugada, como foram, na base da baioneta e serem retirados de casa. Eu não me conformo com a injustiça. Quando eu cometo injustiça, peço desculpas e procuro me corrigir e esse governo vai ter o quê, daqui para frente, com um secretário que vem reprimindo na sua ação com uma vontade enorme de recuperar, talvez, o tempo perdido da repressão?

Agora estão descobrindo aquilo que nós sempre denunciávamos nesse País. A coligação entre as malditas ditaduras militares do Chile, do Uruguai, da Argentina e do Brasil. Famílias até hoje não receberam nem os ossos daqueles que foram assassinados por lutarem pela democracia neste País. Depois de tantos anos, talvez

daqui a 20 anos, os jornalistas mais jovens e aqueles que conseguirem ficar aqui até 20 anos, relatarão: “Olhem, há 29 anos atrás, se propugnava por isso, mas não houve sensibilidade para se entender, no devido tempo, na hora exata, aquilo que precisaria ser feito”.

Fica aqui, senhor presidente, mais uma vez, um apelo para que o governador Jaime Lerner deixe de lado alguns assessores, se assim pretenderem e se sente à Mesa com todos, para discutir todos os problemas que nós temos aqui: o dos professores, o dos servidores públicos estaduais, dos sem-terra. Todos os problemas. Se ficarmos aqui brincando de esconde-esconde, “olhe, resolvemos o problema do Espigão Alto do Iguaçu...”. O que vocês fizeram? “Pegamos 36 famílias, jogamos no ginásio de esportes ou jogamos nas estradas”. Trinta e seis famílias! Agora são poucas, mas já fizeram com quantas? E daqui a pouco com as outras que estão aí em busca do arroz e do feijão?

A imprensa tem publicado fotografias que envergonham qualquer Nação. Um menino descalço, com um pouco de comida, oferecendo ao militar opressor que está cumprindo as determinações da “ditadura” sob a qual nós estamos vivendo. Daí a pouco vem outro jornal e publica a fotografia de um homem magérrimo, com o rosto mostrando as marcas da fome, com os sapatos, com as roupas rasgadas, ajoelhado no asfalto, porque assim foi determinado pelo secretário de Segurança, pelo governo do Estado do Paraná? Eu gostaria que essas coisas não acontecessem nunca mais no meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, deputado Moysés Leônidas.

Esta Presidência consulta Vossa Excelência se a qualidade do som está boa.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Para os meus ouvidos, sim, obrigado.

Senhor presidente, o assunto que trouxe aqui o deputado Ricardo Chab, é um tema que tem me fascinado durante algum tempo, que é a questão da água.

Querida dizer ao deputado Ricardo Chab, que lá em Londrina travamos uma luta muito grande, porque na época da ditadura, foi tomado à mão grande, da cidade de Londrina, o serviço de saneamento - água e esgoto - e a cidade foi obrigada, pelo governo da revolução, a entregar para a Sanepar. Agora, depois de trinta anos, esta concessão está vencida e estamos fazendo uma luta para retomar esse serviço, porque a exemplo do que foi o Sercomtel, o serviço de saneamento - água e esgoto - de Londrina, se classificado a nível municipal, seria muito melhor do que a telefonia, na medida em que toda casa precisa de uma torneira de água e nem toda casa tem um telefone.

Mas queremos dizer que lamentamos profundamente já com discussões anteriores feitas, que o Estado - não só o Paraná, os Estados brasileiros e o Estado do

Paraná seguiu esse exemplo - acabou privatizando a água sem perguntar a nós, londrinenses, se queríamos ser vendidos.

O corpo humano, deputado Ademir Bier, é 70% de água. Então, o Estado está nos privatizando sem nos perguntar se queremos, nos vendendo para os outros.

E o terceiro milênio vai ser o milênio da água potável, tanto que os franceses já tentaram para isso, e estão comprando, deputado Waldyr Pugliesi, Vossa Excelência que falou com tanta eloquência, todos os mananciais de água do mundo, e aqui no Brasil já está atingindo quase 50% das águas e da potencialidade de águas que temos.

Então, quero deixar ao deputado Ricardo Chab que entendemos muito bem essa questão. E acho que o serviço social, aquele trabalho que o governo tem que manter no social com a água e a luz, tem que estar sempre sob os nossos olhos atentos, porque, realmente, a população preciso disso.

Mas, o outro assunto, senhor presidente, que me traz aqui é o seguinte, é com relação a minha querida cidade de Londrina. A semana terminou com a cidade sem o delegado chefe, com a cidade sem o presidente da Câmara e com a cidade sem o prefeito Antonio Belinati. E o que é pior, a cidade andou bem. A nossa preocupação é exatamente porque as instituições em Londrina estão desacreditadas. Na sexta-feira o prefeito Antonio Belinati nem bem esquentou a cadeira com a medida tomada com a retomada dele no cargo, dado aqui pelo Tribunal de Justiça, que dissemos aqui que já estava tudo preparado para o retorno dele, nem bem ele esquentou a cadeira, já teve que sair correndo, vestiu o training e já saiu correndo novamente, porque já tinha outro oficial de justiça atrás dele. Aliás, estão dizendo até, sem nenhuma ironia, que ele está apto para ir para as Olimpíadas, porque ele consegue passar correndo na Serra do Cadeado, dali uma hora e meia já está aqui em São Luiz do Purunã.

Mas, o povo de Londrina, o povo da minha cidade, continua, deputado Annibelli, olhando para o chão, cabisbaixo e com vergonha.

Estive, exatamente no sábado, num encontro nacional de motocicletas, liderado pelo prefeito de Ribeirão do Pinhal, e pude presenciar a cena: um assessor meu desceu do carro e alguém lá gritou: “É de Londrina, esconde a carteira!” Essa vergonha ainda continuamos a passar.

Quero hoje cumprimentar o desembargador doutor Ulisses, que ontem sem temor “meteu” a caneta dentro do que diz a Justiça, para afastar o prefeito Antonio Belinati da cidade. Nada pessoal. Mas, quero deixar consignado aqui que até pela amizade partidária que tive com o governador Jaime Lerner e com alguns assessores, exatamente há um ano atrás, em maio, eu disse ao governador: “Tome cuidado, porque ainda vão envolver o seu nome e vão envolver o seu governo.” E a coisa parece que está acontecendo do jeito que falávamos. Não adianta a vice chorar, não adianta o prefeito Antonio Belinati correr,

vão ser campeões de lágrimas e da corrida, mas o povo de Londrina continua com vergonha.

E acho que o Estado do Paraná precisa dar um exemplo, sobretudo, de que a sujeira existe até nos países considerados desenvolvidos, de primeiro mundo. Mas, não podemos pegar a nossa sujeira aqui e colocarmos embaixo do tapete, lá quando tem sujeira diferem de nós, os culpados são punidos, e aqui quase sempre virão senadores ou cidadãos honorários das suas comunidades.

Então quero deixar aqui o cumprimento, até para tentar restabelecer um pouco a auto-estima do povo de Londrina que anda, realmente, literalmente, cabisbaixo.

Mas, precisamos sim, dar um exemplo e vejo aqui que esse tema, quando se trata de falar do envolvimento eventual, que não quero que tenha do governo ou da vice-governador, é uma matéria que as pessoas pisam em ovos, que as autoridades não querem falar, que promotores tomam a iniciativa, porque tem a prerrogativa constitucional, mas até juizes, desembargadores fogem do assunto, e a população de Londrina está cabisbaixa, olhando para o chão. Tenho o dever aqui, junto com o deputado Alborghetti, de fazer a defesa da nossa comunidade, é o mínimo que o povo de Londrina espera. Mas, o povo de Londrina espera que a justiça seja cega, mas que não seja surda, que a justiça do Paraná ouça o clamor do povo da cidade, que tenhamos estes ladrões, senão colocados na cadeia de grade, pelo menos sintam vergonha de andar na rua.

Falo isso até com certo sentimento, porque já disse aqui, nutri pelo senhor Antonio Belinati e família o convívio e a amizade, mas não trato aqui estas questões. Lamento aqui que o deputado Antonio Carlos, da altura dos seus quase cem mil votos, sendo o deputado mais votado da cidade de Londrina, e eu tenha sido o segundo mais votado, ainda não tenha tido a decência de vir aqui fazer a defesa do pai e da mãe. Lamento profundamente que isto tenha acontecido, mas quero dizer que, enquanto guardião da boa fé do povo bom de Londrina, temos que dar um voto de confiança aqui ao desembargador doutor Ulisses, que não deixou levar nem com os chamados “embargos de orelha” e tem agido com uma certa retidão dentro do que a justiça precisa ser: cega, aplicando a verdade, doa a quem doer.

(Utiliza o Horário do PDT)

Concedo aparte ao deputado Beraldin.

O Sr. Beraldin

Deputado Leônidas, ouço seu pronunciamento na tribuna, mais uma vez falando sobre a questão de Londrina. Houve um movimento anteontem: “Pé vermelho - Mãos limpas”.

Não conheço o trabalho do Ministério Público, não conheço o processo por dentro, mas vejo televisão, leio jornal, vejo a manifestação dos vereadores de Londrina, vejo a manifestação da sociedade organizada de Londrina, conheço os boatos aqui dentro da Casa, conheço política e acho que o Antonio Belinati, para salvaguardar

o Paraná desta vergonha nacional, que temos tido quase que diariamente no “Jornal Nacional”, na mídia nacional, mostrando a questão de Londrina com uma das vergonhas nacionais, ele deveria recolher-se em sua casa e renunciar ao cargo. Daí sim ele daria um exemplo porque permitiria que a justiça fosse mais fundo nas investigações.

Acho que o Antonio Belinati que tanto deu para a política, foi deputado, prefeito por três vezes de Londrina, está num momento crucial da sua vida e deve renunciar porque estamos cansados de ver esta situação que se coloca para o País.

Muito obrigado.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Agradeço, deputado. E, quero dizer que, na 6ª feira, o jornal “O Estado do Paraná” colocou em primeira página que a agência do Banestado de Londrina, agência Centro, foi utilizada pelo Banestado como intermediária para evasão de receita do dinheiro roubado do povo de Londrina, para mandar para o Exterior.

Não vi sequer uma nota da presidência do Banestado ou do governo para dizer que isto é mentira. E, onde existe fumaça há fogo. Na agência de Londrina aposentaram um monte de gente que tinha cargo de relevância lá dentro.

Pasme, senhor presidente, e quero deixar bem consignado aqui: o jornal “O Estado do Paraná, colocou em Manchete que o Banestado de Londrina foi agente para, com contas fantasmas, lavar o dinheiro da roubalheira da prefeitura de Londrina e eu não vi do governador nem dos seus assessores e nem do presidente do banestado, uma nota sequer dizendo que é mentira. E o povo de Londrina continua cabisbaixo, olhando para o chão, com vergonha.

Então, acho que não dá mais. Da nossa parte, temos é que no mínimo uma vez por semana deixar consignado a preocupação do povo de Londrina, para que no futuro não venham dizer que aqui fomos omissos. Conheço bem minha comunidade. Londrina é uma cidade que sempre cresceu, a despeito dos governos, inclusive dos maus governos. É uma comunidade livre. A cidade de Londrina é uma cidade de um povo que pensa. É um centro universitário. É a 2ª maior cidade da região.

Concedo aparte ao deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Moysés Leônidas, quando Vossa Excelência cobra uma medida do Governador, quero comunicar a Vossa Excelência, eu estava aguardando a correspondência do banestado, houve uma determinação do governador ao presidente do Conselho do banestado, que é o secretário da Fazenda, que determinou ao presidente do Banestado que prestasse todas as informações sobre esta questão de contas fantasmas e operações que Vossa Excelência está dizendo. Então, estou no aguardo do posicionamento do presidente do Banestado e tão logo

eu tenha estes esclarecimentos, trarei a esta Casa. Esta foi uma determinação do governador. Só que esta questão surgiu a semana passada e nós estamos em busca dos esclarecimentos.

Certamente, deputado Moysés Leônidas, se algum diretor ou qualquer gerente de banco tiver culpa nesta questão e naturalmente haverão culpados nesta questão, serão afastados e demitidos. Quero lhe deixar tranqüilo quanto a esta questão, porque foi uma determinação do governador, e eu estava no aguardo dos esclarecimentos da diretoria do Banestado.

Menos mal, deputado. Agradeço a intervenção de Vossa Excelência e queria fazer uma sugestão: que neste apelo feito pelo governador ao presidente do Conselho, que mande a Vossa Excelência que esclareça à Casa quanto foi lavado de dinheiro, porque é capaz deles falarem que foi lavado e não dizer a quantia. Aí nos poupa, inclusive, ter que fazer um pedido de informação.

O Sr. Valdir Rossoni

Se Vossa Excelência discordar das informações, nós poderemos ir a fundo nesta questão.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Não há discordância, Vossa Excelência já disse da intenção do governo. Seria bom que o governo incluísse quanto foi lavado de dinheiro.

Concedo aparte ao deputado Irineu Colombo.

O Sr. Irineu Colombo

Quero me somar a Vossa Excelência e passar a seguinte informação: nós estamos recebendo documentos que mostram que o Banestado já sabia disto tudo. Tem uma auditoria interna do Banco do Estado do Paraná mostrando isso. Não foi tomada nenhuma atitude e o próprio Banco Central estava sabendo disso. Não foi tomada nenhuma atitude com relação a isso. Por quê? Porque o Banestado recebeu no final do ano passado, passando por dentro da Fazenda do Estado do Paraná, o dinheiro do saneamento. Interessava ao governo do Estado do Paraná o silêncio em torno disso. Esta é a questão. O governo do Estado do Paraná, até que provem em contrário, foi omissos nas questões das contas frias.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Agradeço e lamento profundamente, porque quem está pagando caro por isso é o povo paranaense.

Tem parte o deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

A manchete do jornal O Estado do Paraná me preocupou. O deputado Valdir Rossoni diz que o governador já está tomando providências. E coisas acontecem e que me deixam, assim, perplexo. No ano passado ou atrasado, um ex-presidente do Banco do Estado do Paraná alardeou a quatro cantos que quem teria quebrado o banco foram os deputados estaduais. Foi uma brincadeira.

Foi um desrespeito contra este Parlamento. De deputados que tinham conta ali, cheque especial, coisas estarrecedoras. E lamentavelmente, da cidade onde me criei, onde nasceram meus filhos e meus netos, e onde serei sepultado, não a tive como berço, mas vou te-la como túmulo, então é impressionante, antigamente quem quebrou o Banestado? Os deputados estaduais do povo do Paraná. Mas, ele não teve a capacidade de dizer o nome de um deputado que teria quebrado o banco. O banco não está quebrado. Considero o Banestado um os bancos estaduais de credibilidade neste país, amo o Banestado, é o banco que eu trabalho e vou trabalhar o resto da minha vida e acho oportuno que Vossa Excelência traz nesta tarde, oportuno o que foi dito neste Parlamento e confio no líder do Governo que se houver, se houver realmente esta lavagem de dinheiro no Banestado tenho certeza que o senhor governador terá que tomar as providências necessárias para afastar os culpados, processá-los e levá-los ao Tribunal de Juri. Muito obrigado.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Só para encerrar quero agradecer o aparte do deputado Alborghetti e dizer que a semana que vem possivelmente, todos nós vamos estar aqui falando da questão da educação que me preocupa muito, acho que a educação é o calcanhar de Aquiles do senhor Jaime Lerner. Mas para terminar dizer que ontem eu vi uma nota assinada pela secretária Alcione Saliba, em todos os jornais, justificando a questão da greve, dizendo que o governo não vai atender e acho que com uma assessoria assim como Alcione Saliba o governador Jaime Lerner não precisa nem ter Oposição aqui nesta Casa, porque é de uma incompetência que não tem tamanho.

Vamos esperar a semana que vem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quarto orador inscrito - com a palavra o deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK

Senhor presidente, senhores deputados, subo a esta tribuna para dar o meu testemunho, senhor presidente, aonde eu acompanhei no final de semana, o projeto São Tomé - é ver para crer. E até eu que acompanhei uma comitiva de 20 órgãos de imprensa da região de Campo Mourão, de Goierê, de Ubiratan, mais de 19 chefias de núcleos regionais do governo do Estado do Paraná para mostrar à imprensa as obras do Governo do Estado do Paraná. E me alegrou muito quando aqui nesta Casa nós votamos projetos importantes deste Estado do Paraná, como foi o programa Paraná Doze Meses, Paraná Urbano, Proen e nós estivemos lá vendo junto com a imprensa para que eles mostrem para a população não só da região de Campo Mourão, mas que a imprensa mostre ao Estado do Paraná os investimentos do governo do Estado.

Senhor presidente, senhores deputados, o município de Campo Mourão no governo do Estado do Paraná recebeu 76 milhões de reais. O município lá em Campina da Lagoa recebeu 12 milhões de reais, O município de Barbosa Ferraz recebeu mais de 10 milhões de reais. O Município de Juranda aonde é representado pelo nosso presidente que atende aquele município foram 7 milhões de reais.

É por isso, senhores deputados, que o governo Jaime Lerner que é do meu partido, eu que sou deputado do PFL e nós cobramos porque o governo tem que mostrar o seu trabalho, os seus projetos para o povo. Outros governos que pouco fizeram e mostravam tudo, muitas vezes aquilo que não tem feito. E o nosso governo do Estado não tem mostrado a realidade - um canteiro de obras no Estado do Paraná. Eu pude ver ali o programa do Proen, senhor presidente, escolas que há vinte anos não recebiam recursos para reforma, não recebiam recursos para construção de novas salas de aula. Nós levamos recursos do Proen, o município lá em Goierê, recursos da ordem de quase 200 mil reais, quando aqui estávamos representando, senhor presidente.

Vimos também os recursos das quadras cobertas que não existiam na nossa região, só em recursos de quadras cobertas foram quarenta e seis na região da Concan, imaginem nos outros municípios do Estado do Paraná. Pudemos ver agora o Paraná "Doze Meses" aonde o governo do Estado só agora foi a nossa região um milhão de reais. Dinheiro a fundo perdido para o nosso agricultor. O herói a existência das cidades. E que comoveu o coração de ver um pai, de ver uma mãe, um filho chorando por receber recurso a fundo perdido no valor de quase dois mil reais para construir a sua casa, para fazer a sua reforma, para ter o seu saneamento. Será que o governo não tem que mostrar isso para aqueles que não conhecem? Claro que tem que mostrar. E nós cobramos porque é uma obrigação para que o povo veja os grandes acontecimentos por parte do governo.

Temos a "Vila Rural", senhor presidente, um projeto social da história do Brasil, nós temos municípios da nossa região que têm quatro Vilas Rurais, e o prefeito está adquirindo terrenos porque quer mais. A gente só é feliz, deputada Serafina, quando faz alguém feliz, e o governo do estado tem feito isso. É por isso que eu subo nesta tribuna para defender os projetos como deputado, e agora participando de inaugurações.

Temos, senhor presidente, os programas sociais da Fany Lerner, temos, todos os municípios da região nós temos uma creche padrão.

Queria dizer, senhor presidente, nós temos os programas de adequação de estradas rurais, nós temos só na nossa região mais de 500 quilômetros de adequações de estradas rurais para os nossos agricultores, porque ele quer, o que o agricultor quer? ele quer uma boa estrada para tirar o escoamento da sua safra agrícola. E quando você pensa em agricultor você também está ajudando o

nosso estudante porque o transporte escolar vai andar em cima de boas estradas.

Esses são os programas do governo do Estado do Paraná, aonde vemos em todas as cidades sendo implantado o Programa do Paraná urbano, com asfalto, com galerias, prefeitos comprando equipamentos. É um dos maiores programas da história desse Estado. É por isso que eu acompanhei, senhor presidente, o Projeto São Tomé, porque é um projeto para ver e para crer, de obras importantes que nós vemos no governo do Estado do Paraná. E eu jamais, como deputado que fiquei quatro anos representando, e que fiz uma votação extraordinária, porque fiz vinte e oito mil votos, porque fiz através de trabalho, foram votos de trabalho daquilo que nós representamos nos nossos municípios.

Podemos ver o governo do Estado do Paraná na área de Segurança Pública, nós tivemos municípios que nunca receberam uma viatura; hoje nós temos os municípios equipados, nós temos construções, principalmente no município de Campo Mourão, senhor presidente, da Polícia Militar. Portanto, senhores deputados, ao subir nesta tribuna, assim como o meu companheiro Augustinho Zucchi que é o representante do município de Roncador, aonde muitas obras que aquele governo fez com o apoio do governo, e principalmente com o apoio do deputado Augustinho Zucchi, lá em Terra Boa, do deputado Edno Guimarães.

Portanto, senhor presidente, assumindo essa Casa novamente, tivemos quase 130 milhões de dinheiro investido do governo do Estado do Paraná. Posso aqui com muita propriedade e com muita testemunha, porque fui vereador, prefeito e deputado e sei quando se tem as realizações de uma obra. Por isso, o Paraná é um canteiro de obras. É por isso, que o governo, através do PFL, que é o nosso partido, tem que mostrar ao povo do Paraná as obras e benfeitorias, que foram aqui realizadas.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Estávamos com saudades do Nelson Tureck.

Quinto orador inscrito, o deputado Ricardo Maia.

O SR. RICARDO MAIA

Senhor presidente, senhores deputados, amigos que nos visitam, estamos usando esta tribuna hoje - primeiramente queremos cumprimentar nossos irmãos e companheiros da Emater do Estado do Paraná, por ter, na última segunda-feira, contratado a Instituição Emater à extensão rural, 44 anos de apoio aos produtores e ao homem do campo do Estado do Paraná. A Emater que com todas as dificuldades que já passou, por vários governos, e continua passando, mas sempre naquele município, distrito, por mais distante, o produtor e trabalhador rural tem na Emater do Paraná a sua mão amiga, entre os técnicos da Emater, seus companheiros, aqueles que dão conselhos, que levam a eles todos aqueles projetos bons de apoio, para cada vez termos uma produção, uma prod-

utividade cada vez melhor. A Emater do Paraná é exemplo no nosso País, pela dedicação dos seus técnicos. Temos vários programas do Estado, que são desenvolvidos pela Emater e que tem tido um aceite pela comunidade paranaense. Temos o exemplo do Paraná doze meses, que é um recurso a fundo perdido, que quase todos os pequenos e médios produtores rurais, a Associação de Produtores, entidades, estão com o benefício aí. Temos nas vilas rurais do Estado do Paraná, uma construção, em parceria da Prefeitura, Seab, Cohapar, e quem dá todo o apoio são os companheiros da Emater. Temos as exposições e estão ali os companheiros da Emater. Está de parabéns a Instituição, a empresa Emater, na pessoa do seu presidente Rubens, bem como todos os seus diretores.

Concedo um aparte, com muita satisfação, ao deputado Zucchi.

O Sr. Augustinho Zucchi

Deputado Ricardo Maia, agradeço o aparte que Vossa Excelência, me concede. Gostaria de me somar as suas congratulações, com relação a Emater. A nossa empresa de assistência técnica, no Estado do Paraná, que como Vossa Excelência destacou, tem um serviço prestado à comunidade do Estado de alta relevância. Todos os programas instituídos no Paraná, que vem de encontro a nossa agricultura, em qualquer governo, tiveram a participação decisiva da Emater. Ela que, por função básica tem o acompanhamento aos nossos agricultores, tem feito ao longo dos anos um trabalho de assistência técnica, mas também de coordenação e de organização das propriedades rurais.

Hoje mesmo, senhor presidente, alguns companheiros nossos representam a Assembléia Legislativa, em Paris, onde na votação de hoje, o Conselho Mundial de Pisootias, foi declarado o Estado do Paraná como um Estado livre da febre aftosa. Um significado altamente favorável para o nosso Estado, com relação a pecuária, mas que é um trabalho de longa data, um trabalho que vem sendo desenvolvido há muito tempo e onde, uma empresa como a Emater tem uma participação decisiva nessa questão. Porque acompanha os nossos produtores, a evolução da nossa agricultura e tem a função básica de coordenar todas as atividades e programas de extensão rural, que são colocados no Estado do Paraná.

Há algum tempo atrás, apenas para relembrarmos aqui o Estado do Paraná estava destinado a ser um Estado, em que nossas terras estavam sendo consumidas, por um fenômeno de um desequilíbrio que tínhamos de uso e maneios do solo, que era a tal de erosão. Para se ter uma idéia, tecnicamente falando, para se formar um centímetro de solo, precisamos de 300 anos. E o Paraná perdia nas suas propriedades milhares de hectares de solo, que iam pelos rios, causando açoramento através da erosão. O programa de manejo integrado de solos e água, nascido no berço da Associação dos Agrônomos do Paraná teve como preponderante decisivo papel a Emater

que colocou este programa, no Estado do Paraná, inicialmente, e hoje, depois, sucessivamente, através do programa Paraná Rural, fez com que nós tivéssemos a solução desse que era um problema temido em todos os países, aqui da América do Sul e principalmente o Brasil. Numa demonstração que este programa do Paraná serviu de exemplo para a América Latina e para o Caribe. Então são programas importantes, que têm papel decisivo, daquele que é o técnico da Emater; daquele que faz assistência técnica.

Portanto me somo a Vossa Excelência gostaria de parabenizar a direção da Emater, no Estado do Paraná, o seu corpo técnico, os seus funcionários, todos os funcionários, os funcionários administrativos, os funcionários técnicos, enfim o corpo funcional da Emater que, ao longo dos anos, tem se traduzido num espelho de trabalho junto aos nossos produtores rurais.

Parabéns Emater e parabéns ao pronunciamento de Vossa Excelência.

Muito obrigado.

O SR. RICARDO MAIA

Senhor presidente, peço o tempo de liderança do PSB.

Outra coisa importante, a área livre de aftosa, no Estado do Paraná, nós devemos a duas empresas, a Glaspar, que cuida das barreiras e a Emater que controla a vacinação do gado do Estado. Nos últimos 6 anos não tivemos nenhum caso de aftosa no nosso Estado do Paraná.

E também o trabalho da Emater na educação, no meio ambiente, de vários programas que ela tem. E também, senhor presidente, senhores deputados, usamos esta Tribuna hoje, para dizer, como ouvimos aqui alguns deputados, temos inúmeras obras no Estado do Paraná, por parte do governo do Estado. Obras em conclusão, obras em andamento, outras obras semi-paradas, temos aí muitas e muitas coisas boas, no Estado do Paraná, em diversas áreas por parte do governo do Estado do Paraná.

Mas nós temos uma preocupação muito grande hoje, no tocante a falta de diálogo do nosso governo com a comunidade do nosso Estado. Nós defendemos muita coisa do governo, aqui, apoiam os muitos projetos do governo do Estado mas hoje há uma carência muito grande, esta falta de diálogo. Nós citamos aqui, tivemos os servidores da Receita Estadual em processo até de uma greve, aqueles que são responsáveis pela arrecadação, que todo Estado depende dela. Nós tivemos um diálogo com eles, participaram outros deputados, fomos recebidos pelo secretário de Fazenda, Giovani Gionédís, iniciou-se um processo de discussão. ontem estiveram novamente com o secretário Giovani Gionédís, caminha-se para um acordo que é benéfico para o Estado do Paraná e também aos servidores do fisco do Estado do Paraná.

Mas, nas demais áreas há uma falta de diálogo muito grande! Podemos citar o caso dos sem-terra. Hoje a

Polícia Militar do Estado do Paraná, 50% do contingente da Polícia do Estado do Paraná está envolvida no trabalho com os sem-terra. Seja na desocupação, cumprindo mandado judicial, seja na prevenção, seja na desocupação urbana. Isso, para nós é uma preocupação muito grande porque se nós temos aí aproximadamente 50% do contingente da Polícia Militar lá, onde está a patrulhamento ostensivo? Praticamente reduzido a 50%.

Temos outra grande preocupação que é a falta de diálogo com os professores. Na minha região de Maringá fizemos na última segunda-feira, de manhã uma reunião com todos os diretores do núcleo regional de Maringá e também com o núcleo de Apucarana e alguns de Paranavaí. Foi uma reunião super proveitosa! Existem algumas reivindicações dos professores que, no momento, talvez o Estado possa não ter condições de cumprir mas nós temos que abrir este canal de negociações! E hoje, aqui, eu peço ao presidente da Assembléia Legislativa, deputado Nelson Justus, como presidente de um poder, o Poder Legislativo, que inicie este processo de discussão, porque senão daqui uns 30, 60 dias nós vamos ter no Estado do Paraná, praticamente, quase todas as categorias neste processo de brigas com o governo do Estado. Queremos separar o governo do Estado. O governo hoje é um. Agora temos o Estado. Temos os professores que prestam trabalho ao Paraná. Temos os pais das crianças que querem seus filhos em sala de aula e não nas ruas. Do outro lado temos os professores que necessitam de algo mais.

Peço a Vossa Excelência, presidente vamos assumir esse papel nosso para que possamos trazer a discussão sobre a questão dos professores. Os professores não querem romper totalmente com o governo e ir para uma greve sem prazo. E os professores que participam da greve querem voltar para as salas de aula. Os diretores não são mais eleitos pelos pais. Os diretores estão pressionando os professores para darem aula. É um ambiente péssimo, carregado. Porque eleição de diretor de escolas não teremos mais. Foi derrubado no STF. Diretores de escolas serão escolhidos pela Secretaria da Educação ou por uma portaria que será baixada até o mês de dezembro que dirá como será escolhido o diretor.

Essa é a preocupação dos diretores.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, deputado Caíto Quintana.

Concedo a palavra ao deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero levantar nessa tribuna no dia de hoje o assunto já levantado na TV Exclusiva.

No que diz respeito a questão de Londrina, o episódio do prefeito Antonio Belinati, a justiça está sendo obstruída e o oficial de justiça ridicularizado. Ridicularizado, não há outro tema. Brincadeira de gato e rato.

No meu ponto de vista, sei que muitos e muitos juristas poderão discordar, é perfeitamente possível que o oficial de justiça dê como intimado o Prefeito Antonio Belinati da sentença proferida pelo juiz. Por que digo isso? Vamos imaginar o porquê da situação judicial dentro do processo. Quando se configurou o ato democrático do direito da acusação e da defesa, é evidente que lá nos primórdios dos nossos códigos, não tínhamos a facilidade que hoje tem a própria imprensa: televisão, rádios, jornais, todos os meios de comunicação, telefone, telegrama para que uma pessoa pudesse ter ciência que está sendo executada dentro de um gabinete de um fórum ou de um tribunal.

Houve por bem e por justiça de que sempre a parte tenha que ser notificada para que ela tenha ciência daquilo que está acontecendo. Pois bem, fui buscar no próprio Código de Processo Civil a definição de intimação.

Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e termos do processo, para que faça ou deixe de fazer alguma coisa.”

Por que existe intimação?

A intimação não é uma carta acusatória, não é um documento de defesa, é apenas um documento que dá ciência para a parte, para que ela faça ou deixe de fazer alguma coisa em sua própria defesa.

Pois bem, o oficial de Justiça e o prefeito de Londrina estão brincando com a Justiça. Brincando de gato e rato! Sai a sentença, o prefeito se esconde do oficial de Justiça e, agora, até um, sob suspeição, que comunica antes o local aonde está a autoridade a ser notificada, que vão procurá-lo para dar a sentença que saiu. Isso precisa ser levantado.

Mas, o argumento de que o prefeito tem ciência, conforme define, o próprio Código de Processo Civil, do que significa intimação.

Aqui temos num jornal fotografia, do prefeito.

Belinati, durante, em visita a Folha, por volta das 20h30. Ele está dizendo aqui: “Eles, os oficiais de Justiça é que têm que me encontrar”.

No instante em que publicamente a autoridade, a pessoa a ser intimada declara na imprensa, no jornal, na televisão, que está exercendo o direito de se esconder, que o oficial de Justiça é que tem a obrigação de encontrá-lo. Senhores está mais do que patentiado que ele está ciente. A intimação é, ele, dar ciência de um fato, ele está ciente deste fato.

Portanto, nada impediria o oficial de Justiça comparecer a sede da Prefeitura, ao gabinete do Prefeito ou a sua residência e lá, não encontrando a autoridade pegar duas testemunhas e dar por notificado. Porque até pela imprensa o próprio cidadão, já, deu conhecimento de remeter ao Judiciário, para dar cumprimento de uma sentença, que não pode ridicularizar a Justiça dessa forma.

Sem dúvida alguma, hoje foi delegado o Tribunal de Justiça um mandado de segurança, impetrado em favor do prefeito. Seus advogados vão entrar com um agravo, o prefeito vai continuar se escondendo, porque

tem um agravo para julgar. Amanhã quando for concedido o agravo, ele volta na Prefeitura.

Daí o juiz de Londrina dá uma outra sentença afastando-o de novo.

Vamos ficar aqui, no Paraná e no Brasil ouvindo pela televisão, pelo jornal, comentando que no Paraná está sendo uma brincadeira “de caça ou não caça”.

Ninguém está condenando antecipadamente ninguém, não é um juízo de mérito. A única questão é o afastamento do cargo para que se exerça o livre direito da Justiça, sem obstrução alguma, de poder levantar os fatos e saber de que lado está a verdade.

Já vi pobres trabalhadores serem intimados na vila onde moram, porque às vezes, compraram na Casa Bahia uma televisão a prazo e não puderam fazer o pagamento e, vai lá para fazer o seqüestro daquele bem e não encontrando o devedor, o oficial de Justiça dá por intimado e pega duas testemunhas.

Já vi pessoas comprarem casa ou apartamento do Sistema Financeiro Nacional e serem intimados por Diário Oficial, de leilão de sua propriedade, perder o seu único bem.

Não é possível que a Justiça de Londrina, do Paraná fique nesta brincadeira “de encontra, não encontra”.

Este oficial de Justiça tem uma responsabilidade, vai lá, dá por intimado o senhor prefeito municipal. Dá seqüência ao julgamento em juízo, para que no final da ação desse como absolvido ou condenado. Mas não se obstrue a Justiça, não envergonhe o Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vossa Excelência está no Pequeno Expediente e vamos passar imediatamente ao Grande Expediente, porque hoje tem três oradores inscritos.

Com a palavra o senhor Edno Guimarães, no Grande Expediente.

O SR. EDNO GUIMARÃES

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada, estamos de volta a esta tribuna nesta Casa de Leis, trazendo mais uns problemas da nossa região.

Quando ouvia o deputado Tureck que retorna a esta Casa, num discurso inflamado, relembramos o passado: de fato, temos algumas coisas boas e temos coisas ruins.

Quando temos algumas obras prontas para inauguração, esperamos algumas autoridades para inaugurá-las. Aqui na nossa região noroeste, a Estrada Boiadeira que falamos há muitos anos, antes até de sermos deputados, desde quando éramos vereadores, há poucos dias atrás recebemos a visita do ministro do Transporte, Ministro Eliseu Rezende, que veio visitar as obras da estrada e parou a obra, ao invés de trazer recursos para terminar a obra que há quase 40 anos se fala na sua construção, está parada e todo recurso investido agora recentemente, quando chove, por pouco que esteja chovendo, danifica

muitos quilômetros de estradas. Mais de cinco milhões de reais liberados para terraplenagem, estão perdidos. Está sendo feita uma administração errada. Não se aproveitam os poucos recursos que vêm para o Paraná e ainda, com essas aplicações, começando obras e depois pulam um trecho, fazem outra terraplenagem. Com isso não acontece o asfalto e o dinheiro também vai embora e sabemos que a Ponte do Rio Ivaí vai provocar um acidente tão grande que vai ficar na história do Paraná.

A ponte que liga Cianorte, Maringá, Umuarama a Maringá, Guaíra a Maringá, e que tem a linha férrea na mesma estrutura, o DER deve estar fazendo algum levantamento, porque a ponte está provocando um acidente por dia e no sábado passado houve um manifesto do povo da região, pedindo a melhoria e a construção de mais uma ponte paralela. Se isto não acontecer a curto prazo, vocês podem crer que o acidente virá. Acontece quase todos os dias um acidente em cima daquela ponte e vai daqui para frente, porque quanto mais vão melhorando as rodovias, como por exemplo de Guaíra a ponte de Porto Camargo, que está quase pronta, aumenta o trânsito, aí vai provocar mais acidentes.

Queríamos lembrar que de Paçandu a Maringá, não temos mais como trafegar por ali. É um trânsito terrível, fechado e temos mais de trinta quebra-molas em mais ou menos sete quilômetros. Gastamos quarenta minutos de Cianorte até Paçandu e em sete quilômetros gastamos mais quarenta minutos.

É necessário que seja visto com bons olhos, rapidamente, para solucionarmos o problema da ponte do Rio Ivaí e do trânsito de Paçandu até Maringá e a estrada Boiadeira, que já é uma novela na região, não sei até quando. Dizem que vão ser liberados recursos e que está no Orçamento da União. É uma estrada federal, mas o ministro há poucos dias parou a obra, quando achávamos que iria liberar mais recursos.

Então, temos uma preocupação muito grande.

Senhor presidente, queremos agradecer esse espaço que o senhor nos concede, porque queríamos falar também sobre o desmatamento que ocorreu no município de Cianorte, no chamado Cinturão Verde da nossa cidade, a “menina dos olhos” de toda aquela região.

Queremos...

(Conversas paralelas no Plenário)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vossa Excelência está atrapalhando a entrevista do deputado Nereu Moura.

Me perdoe, deputado, assim está difícil.

Continua com a palavra o senhor deputado Edno Guimarães.

O SR. EDNO GUIMARÃES

Há poucos instantes ouvia o discurso do deputado Waldyr Pugliesi, que reclamava do microfone do outro lado. Era porque tinham assistentes conversando alta e desvia a atenção do parlamentar.

Com razão, deputado Waldyr Pugliesi, o senhor reclamou com razão. O senhor fez uma parábola e não ficou bem entendido. O som estava bom, o discurso atrás é que estava atrapalhando.

Temos esta preocupação. Corremos, procuramos os recursos e conseguimos barrar o desmatamento no nosso município. Como disse, esta mata faz um cinturão em volta da nossa cidade. Por isso convocamos e convidamos algumas autoridades que entendem e que conhecem e que moram em Cianorte também, que é o doutor Frederico Fonseca, engenheiro agrônomo, pós graduado em Israel, homem de uma formação muito grande, inteligente. Está aqui, e com a permissão de Vossa Excelência, passaremos a palavra ao professor Frederico e vamos ouvir dele o seu pronunciamento sobre o impacto ambiental cometido por algum irresponsável no município de Cianorte, na “Capital do Vestuário”.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o professor Frederico F. da Silva.

Esta Presidência atende o pedido do deputado Edno Guimarães, em que pese achar que a Comissão Permanente desta Casa, de Ecologia e Meio Ambiente, seria o local apropriado para a discussão desse tema. Aliás, o líder do Governo, deputado Valdir Rossoni já encaminhou os documentos apresentados pelo deputado Edno Guimarães à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, na pessoa do deputado Kielse.

E, apenas atendendo o pedido do deputado Edno Guimarães é que nós assim fazemos.

De igual maneira, também os representantes do IAP já aqui estiveram, já conversaram com a Liderança do Governo, mas nós, com muito prazer, recebemos a visita do senhor e, por gentileza, faça uso da palavra.

O SR. FREDERICO F. DA SILVA

Senhor presidente, senhores deputados, reservo-me o direito de falar única e exclusivamente como técnico.

O assunto a ser discutido hoje em Plenário e não na comissão, talvez seja porque urge a necessidade e a importância de tão grave desmatamento.

A questão é particular de Cianorte, mas está inserida num contexto mundial, que é a questão de meio ambiente.

Os recursos naturais hoje são existentes no mundo são limitadíssimos. Os recursos naturais hoje existentes, estão sendo e continuam sendo destruídos e essa destruição, seja de áreas nativas, seja de mananciais, dizem respeito à visualização de um lucro imediato.

Em Cianorte foi realizado recentemente um acordo entre a Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná, senhor presidente, e a Prefeitura Municipal de Cianorte, com o apoio, pasmem, do Instituto Ambiental do Paraná, Secretaria de Estado do Meio Ambiente, de uma organização não-governamental, com sede em Cianorte e com o apoio verbal da Promotoria Pública para a

criação de uma área, de uma reserva, de cunho municipal, a um preço, a um custo caríssimo e inaceitável aos dias de hoje. Qual foi esse acordo? A companhia transfere, senhor presidente, para a prefeitura 330 hectares de mata e em troca recebe a liberação e a autorização para desmatamento de 231 hectares. O desmatamento dos 231 hectares visa, única e exclusivamente, conforme a própria companhia assim o fez, a construção de mais um loteamento imobiliário. Então, levantamos duas questões: primeiro, Cianorte não sofre....

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)

Senhor presidente, apenas uma Questão de Ordem.

O doutor Frederico Fonseca da Silva, que está falando, concordamos com a sua explanação. Vossa Excelência quando começou aqui me deixou tranquilo quando disse que iria fazer colocações técnicas, e me desculpe, mas por enquanto tecnicamente nós não conseguimos entender qual é a sua colocação. Quando nós falamos tecnicamente da questão ambiental, nós não somos profundos conhecedores como Vossa Excelência, mas em nenhum momento até agora eu vi a direção da questão no assunto técnico. E nós queremos saber o seguinte: porque não deveriam ser derrubadas aquelas matas, para que, tecnicamente, ou porque deveria ser derrubada, tecnicamente. É isso que nós precisamos saber. Porque a questão política, nós saberemos discutir, sem sombra de dúvida.

Quero que Vossa Excelência me desculpe, mas é um direito que eu tenho de colocar aqui, porque foi uma abertura do presidente para que Vossa Excelência trouxesse aqui os esclarecimentos técnicos. E precisamos de esclarecimentos técnicos para que possamos exigir do IAP medidas técnicas, porque a questão política nós vamos resolver, sem sombra de dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Cabe perfeitamente a Questão de Ordem do deputado Valdir Rossoni, até porque nós todos esperamos esse tipo de resposta do senhor, caso contrário, efetivamente, que a Comissão Permanente seria, daí a minha insistência, o local ideal para esse debate.

O SR. FREDERICO F. DA SILVA

Senhor presidente, senhor deputado, demais deputados:

A questão técnica é que durante todo o tempo se discutiu que os 231 hectares que a prefeitura daria como troca eram de capoeira e não mata nativa contendo árvores centenárias. Aí é uma questão técnica, esta é uma questão técnica.

Então, a tese falaciosa com que se discutiu esse acordo foi que seria limpa uma área de capoeira, e não a derrubada de matas nativas. A contestação de membros da sociedade que levantou toda essa questão, e logo depois, politicamente, o deputado Edno Guimarães abraçou e se comprometeu com a causa, justifica a questão técnica. O caráter, o que está em jogo, senhor deputado, senhor presidente, o que está em jogo é o caráter inconcebível do desmatamento. Enquanto que o mundo inteiro se reúne para preservar o pouco de mata nativa que restou no mundo, Cianorte dá ares de que anda na contramão, provocando e autorizando o desmatamento de árvores centenárias, de matas nativas.

A luta pela qual nós abraçamos a causa é porque desejamos que a formação do Parque Cinturão Verde não seja 330 hectares em troca da derrubada dos 230 hectares de mata nativa também.

Lutamos pela formação do Cinturão Verde contendo 551 hectares que restaram de mata nativa que, como falou o deputado, é a “menina dos olhos” de Cianorte porque circunda esta cidade.

A seqüência de andamento é que foi movida uma ação popular em função deste desmatamento e o juiz acautou esta ação e concedeu a liminar. Paralelo a isso, três professores doutores de botânica do departamento de biologia da Universidade Estadual de Maringá apresentaram um relatório técnico que o senhor presidente e os demais deputados têm conhecimento porque foi entregue cópia. Relatório de avaliação de desflorestamento, desmatamento e não limpeza de capoeira, está aí a questão técnica, realizado em Cianorte. Paralelo a isto a companhia entrou com recursos e o juiz manteve a liminar e no dia 29 de maio, segunda-feira às 14 horas, fará uma visita a campo para que conheça “*in loco*” toda a área desmatada. Daí faço o convite aos senhores deputados, à câmara de Meio Ambiente, os deputados ambientalistas e deputados interessados nesta questão ambiental como um todo, conheçam a região, a área desmatada, assim como o senhor juiz de direito.

O que falávamos desde o início, e que fora referendada pelo Relatório de três professores doutores da UEM, é que a retirada da cobertura vegetal, ou seja, o desmatamento realizado, provocará súbito e imediato a formação de erosão no solo que o Estado procura conservar como um dos mais avançados do País.

O relatório não menciona sequer erosão, eles mencionam vossoroca, que é o último estágio da erosão.

Então, o que está em jogo, é a questão legal versus o imoral. Talvez a companhia apresente duzentos argumentos quanto à legalidade do desmatamento, mas hoje ela é imoral. Tive a oportunidade de, antes de ocupar esta Tribuna, conversar com o Desembargador Fernando Tourino Neto, hoje presidente do Tribunal Regional Federal da Região Norte e Centroeste do País.

E, ele me falou que o que está em jogo é o confronto do direito linear versus o direito à vida. A retirada da

mata, a redução que tem que ser posto em pauta. Daí as razões técnicas que, resumidamente apresento a esta Casa.

O que aconteceu foi o desmatamento de árvores centenárias de matas nativas e a sua retirada provocará indubitavelmente, e com certeza, vossorocas na região que, até ontem, era mata.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Atendendo solicitação da presidente da Undime e de diversos deputados, com a palavra o senhor José Peres, diretor da Undime.

O SR. JOSÉ PERES

Senhor presidente, senhores deputados, colegas secretários municipais aqui presentes.

Quero agradecer a deferência do senhor presidente que nos possibilita estar aqui para falar sobre um assunto muito importante que se chama salário-educação.

Mas, antes disso é necessário fazer um pequeno preâmbulo para que se possa entender exatamente a importância do salário-educação para os municípios.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu alguns princípios constitucionais consubstanciados e regulamentados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 8 anos depois, a Lei nº 9.394, de 20.12.96. Esta lei reestruturou o sistema educacional brasileiro, criando basicamente o 1º passo que seria a educação básica, e depois a educação superior. A educação básica dividida em 3 segmentos: a educação infantil, de 0 a 6 anos, o ensino fundamental de 8 séries e o ensino médio de 3 séries, preparatório aos cursos de pós-médio ou ao curso superior.

A grande novidade da nova lei foi introduzir no sistema escolar, na sua estrutura, a educação infantil, que não existia na legislação anterior. O sistema escolar começava na 1ª série do ensino de 1º grau, hoje fundamental. Então, com a introdução da educação infantil, aumentou-se a responsabilidade na educação, principalmente na questão dos municípios.

A Constituição também estabeleceu responsabilidades. Ela estabelece que os municípios atuarão, prioritariamente, no ensino fundamental e no ensino médio. Vejam os senhores que a responsabilidade do ensino fundamental, nas 8 séries, ela é dupla, concomitante. Por que? Porque se trata de ensino obrigatório, aquele em que nenhuma criança deve ficar fora da escola. Por isso, a responsabilidade concomitante.

Os Estados, então, começaram a trabalhar na questão da responsabilidade. Como fazer esta responsabilidade concomitante. O Estado do Paraná definiu um processo. Não oficial, mas definiu um processo. Os municípios atuarão nas 4 primeiras séries do ensino fundamental. E o Estado, a partir da 5ª série.

Então, no Estado do Paraná ficou assim, dividido: os municípios se responsabilizaram por toda a educação

infantil e as 4 primeiras séries do ensino fundamental. O Estado se responsabiliza pelo ensino de 5ª a 8ª séries e pelo ensino médio. Com isto, os municípios tiveram um prejuízo. Primeiro, quantitativamente: 6 séries ou 6 anos da educação infantil, mais de 4 das 4 primeiras séries de ensino fundamental, 10 anos. O Estado com sete; quatro mais três. segundo, a educação infantil é mais cara, mais onerosa do que o ensino fundamental, porque a questão da relação professor-aluno é muito maior. Na educação infantil, nas creches, o ensino tem que ser integral. Não posso colocar a criança somente meio período. Como integrou o sistema, a educação infantil passa a ter, agora, não apenas um objetivo assistencial, mas também educacional. E aí a interferência da Secretaria de Educação com professores mais qualificados. isto também onera mais o ensino da educação infantil.

Muito bem, para garantir o financiamento da educação, a Constituição estabeleceu verbas diretas, são 25% dos municípios, 25% do estado e financiamento complementar. Como financiamento complementar à educação, a Constituição estabeleceu ou diretamente ou através da Emenda 14, o salário-educação e o fundo de manutenção do ensino fundamental e valorização do magistério. Não é o nosso caso, o Fundef está sendo encaminhado diretamente aos municípios, está sendo utilizado, os municípios estão, graças a Deus, com este recurso e o salário-educação.

O salário-educação está previsto no § 5º do artigo 212: “O ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário educação recolhida pelas empresas, na forma da lei”.

Então, o salário-educação é aquela contribuição, correspondente a 2,5% da folha de pagamento que é recolhida das empresas, vai para federal, e deste salário-educação 1/3 fica para o Ministério da Educação que através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação utiliza em programas e projetos, como merenda escolar, material escolar e tantos outros. Dois terços do que é recolhido em cada Estado retorna na forma de cota estadual do salário educação. Então, o que foi recolhido do Estado do Paraná, dois terços retornam como cota estadual do salário educação.

Dessa cota estadual o Estado deve utilizar dentro daquilo que prevê a própria constituição e a lei. Isto é, é uma fonte adicional de ensino fundamental. Então, salário educação não pode ser utilizado fora do ensino fundamental nem na educação infantil nem no ensino médio. Ele deve ser obrigatoriamente utilizado no ensino fundamental. E tem mais ainda, não deve ser utilizado a pagamento de professores porque o Fundef já tem este objetivo. Então, qual é a utilização salário educação? É a garantia da universalização do ensino fundamental e da melhoria da qualidade de ensino, isto é, é proporcionar condições para que nenhuma criança fique fora da escola, que tenha condições de permanência e que se melhore cada vez mais a qualidade de ensino. Este é o objetivo da utilização do salário educação.

Mas o ensino fundamental, como dissemos, é responsabilidade recíproca ou concomitante entre estados e municípios. No Paraná de primeira a quarta série é o município que tem responsabilidade de oferecer o ensino e garantir o acesso a todas as crianças. Então, houve a regulamentação do salário educação através de uma medida provisória, em 97, que foi transformada em lei, a Lei 9.766, de 18.12.98, e aí o artigo 2º desta lei diz claramente: a cota estadual do salário educação de que trata o artigo 15, parágrafo 1º, inciso 2º, da Lei 9424 de 1996 será redistribuída entre estados e seus respectivos municípios conforme critérios estabelecidos em lei estadual, sendo que do seu total, uma parcela correspondente a pelo menos 50% será repartida proporcionalmente ao número de alunos matriculados, no ensino fundamental, nas respectivas redes de ensino, conforme apurado pelo censo educacional realizado pelo Ministério da Educação e Desporto. A lei federal é muito clara. Da cota estadual do salário educação ela deve ser redistribuída entre o estado e seus municípios proporcional ao número de alunos matriculados em cada rede, uma vez que a responsabilidade é concomitante.

Esta lei estadual que regulamente é que é nosso objeto hoje nesta nossa presença aqui, nesta nossa luta. A cota estadual do salário educação em 98 foi de 72 milhões aproximadamente. Em 99 também. Este ano estima-se entre 85 a 90 milhões, porque muitas empresas estavam depositando em juízo, mas no final do ano passado o Supremo Tribunal Federal julgou e decidiu que as empresas realmente estão obrigadas a fazer este recolhimento. Só que os municípios não estão recebendo estes recursos. Nós não sabemos o que está sendo feito. Os municípios não estão recebendo. É um direito nosso. Os municípios, os secretários municipais estão tendo dificuldade. Nós estamos tirando do Fundef, dinheiro do Fundef para pagar o transporte escolar de alunos de quinta a oitava série que seria responsabilidade do Estado.

Então, estes recursos do salário educação são necessários. Só quem é secretário municipal de Educação sabe da sua responsabilidade, da importância desses recursos. Para se ter uma idéia, considerando 85 milhões, mais ou menos, e considerando a proporção de alunos da rede municipal e da rede estadual, nós teríamos um repasse para os municípios de aproximadamente 46 reais aluno/ano. Que beleza o que nós poderíamos fazer em termos de garantir o acesso, a permanência e a melhoria da qualidade de ensino com estes recursos o acesso, a permanência, a melhoria de qualidade de ensino com esses recursos. Então, essa lei estadual para nós ela é fundamental, ela é importantíssima. Existe já um projeto de lei, alguns deputados que nós queremos agradecer aqui também, apresentaram, parece que o Deputado Cleiton Kielse, o Beto Richa se não me engano. Mas a Comissão de Educação tem um Projeto de Lei 102/2000 que nós fizemos de comum acordo, que realmente é o que mais atende as nossas ansiedades, as nossas necessidades, esse Projeto de Lei 102/2000. E é esse o motivo de nossa pre-

sença aqui e que eu gostaria então de concluir aos senhores deputados, senhor presidente, dizendo que agora nesse momento os professores da rede estadual estão lutando no mínimo por respeito e dignidade á sua profissão e à sua missão, os trezentos e noventa e nove secretários municipais do Paraná, porque todos serão beneficiados pelo salário educação, também lutam agora pelo respeito e dignidade, já que nós somos responsáveis pela educação das nossas crianças dos Municípios, na forma da aprovação da lei estadual que nos vai dar esse simples direito, não estamos pedindo mais nada do que nosso direito a nossa cota estadual no salário educação. Por isso contamos, senhor presidente, senhores deputados, com todo o seu apoio.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, todos sabem que durante todo o meu período aqui como deputado sempre me comportei de forma respeitosa, ouvindo os pronunciamentos, e nunca fui indelicado com ninguém. Por isso, não quero, não posso aceitar a repreensão que Vossa Excelência fez comigo na tarde de hoje, tentando passar a imagem de que este Parlamentar não se comporta da forma devida aqui neste Parlamento.

Quero lamentar o episódio e não aceito a repreensão que Vossa Excelência fez comigo.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vossa Excelência que me perdoe deputado Nereu Moura, não houve a menor intenção, e todos que aqui estão sabem, de reprimi-lo, de diminuí-lo, em hipótese alguma. Simplesmente que Vossa Excelência hoje excedeu-se, e acontece isso. Escutei toda a sua conversa daqui com dois discursos sendo feitos. Vossa Excelência hoje extrapolou, e eu tinha por obrigação, da mesma maneira que o deputado Waldyr Pugliesi há poucos minutos: “Presidente, não consigo falar porque tem alguém falando atrás de mim”. De maneira alguma o deputado Edno Guimarães poderia falar porque Vossa Excelência estava aos prantos e aos berros, era impossível. Então, chamou a atenção. Mas de maneira nenhuma Vossa Excelência entenda isso como qualquer tipo de repreensão. O deputado Edno me fazendo sinal, “Não posso prosseguir”. Essa foi a intenção. Não se preocupe em levar isso adiante porque não houve a menor intenção de diminuí-lo, nem de chamar a atenção. Lamento isso, porque as vezes, infelizmente, os deputados até é bom que se toquem nisso, me fazem, me obrigam a tomar atitudes de bedel de colégio; e não sou bedel de colégio, mas as vezes tenho que chamar a atenção porque vocês passam do limite. E Vossa Excelência hoje extrapolou, talvez estivesse falando muito longe e tivesse que gritar.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Apenas atendi o telefonema de uma pessoa do interior. Agora, Vossa Excelência deveria chamar a atenção de outras deputados que usam do telefone se fosse assim. Por isso, me senti prejudicado, e acho que não merecia a repreensão, não aceito e gostaria de ser tratado com respeito pela Vossa Excelência, o mesmo respeito que sempre tratei com Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

E Vossa Excelência continuará tendo todo o meu respeito.

Horário das Lideranças: PSL.

(**Declina**).

PT. Com a palavra o deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, não era a minha intenção inicialmente falar, mas apenas com relação a educação, fazer uma homenagem aos nossos secretários e dirigentes da Undine, que aqui se encontram, e dizer da nossa intenção da Assembléia Legislativa em sempre proporcionar regulamentação e projetos de lei, com relação a educação.

Temos na Casa a tramitação da lei de sistema de educação, que trata do sistema estadual de educação. Temos na Casa o projeto de lei do deputado José Maria Ferreira, que regulamenta e cria um programa estadual de transporte escolar e estamos cobrando que o governo ajude a tramitação rápida desse projeto e implemente-o, ou melhor, já é lei, está faltando a regulamentação do programa estadual de transporte escolar. Como temos dois projetos que tratam do salário-educação, oriundos da Comissão de Educação e um projeto com relação ao salário-educação, senão me engano do deputado Kielse e do deputado Beto Richa.

Enfim, propostas não faltam dentro desse Parlamento. Conforme a audiência feita com o presidente Nelson Justus e anunciado aos demais parlamentares, o Projeto 102 é o que mais atende a demanda dos municípios do Paraná.

Deputado Valdir Rossoni, é importante que saibamos que o Estado do Paraná recebe 2/3 do salário-educação e essa legislação, a Lei nº 9.766, já obriga o Estado do Paraná a repassar 1/3 desse salário-educação, para os municípios, em valores proporcionais ao número de alunos matriculados no ensino fundamental - o antigo 1º grau. Está faltando, talvez, um pouco mais de empenho, para que possamos ajudar os nossos municípios nesse sentido.

No dia de hoje os senhores secretários municipais de Educação tiveram sucesso vindo a esta Casa. Foram atendidos pela Comissão de Educação e pela Comissão de Finanças dirigida pelo brilhante deputado Ademir Bier, pelo deputado Valdir Rossoni, no seu gabinete, pelo deputado Basílio Zanusso, pelo presidente da Casa, demonstrando que esse Parlamento não falta no momento que lhe é solicitado. Só falta aprovarmos essa lei, evi-

dentemente, passando pelas comissões e adequando na medida do possível, aos interesses tanto por parte do governo, como pelos nossos interesses, a nível particular dos deputados.

Senhor presidente, já que estamos falando em educação, queremos em nome do Bloco de Oposição e de vários senhores parlamentares desta Casa, manifestar publicamente o nosso interesse, para que a greve dos professores a nível estadual, que atinge mais de 80% dos professores do Paraná, tenham um canal de negociação e que elas sejam frutíferas, no sentido não apenas de se reunir em uma mesa e conversar, queremos um diálogo aberto. Acho que a secretária de Educação, neste momento, está tendo um problema, à sua forma de conduzir o processo. Ela, em alguns momentos, se negou a conversar com a APP e com alguns setores e, agora, voltou a negociar - é um momento importante. Seria sobremaneira interessante, que os deputados estaduais entrassem também nesse processo, para discutir com mais tranquilidade e discutir algo que operacionalmente trouxesse resultado a esse impasse, não apenas para conversar.

Nós, enquanto Assembléia Legislativa, não poderíamos ficar de fora, porque daqui a alguns dias teremos prejuízos à sociedade, aos próprios professores e ficaremos assistindo de camarote. Talvez pudéssemos discutir entre nós uma saída para isso. Queremos manifestar em nosso nome e de vários parlamentares desta Casa, o apoio ao movimento dos professores do Estado do Paraná, ao professor Romeu, que em momento nenhum se negou a conversar com a Secretaria de Estado da Educação e teve um momento em que nas conversas foi criado um grupo de mediação, no qual nem a secretária participava. Mas assim mesmo a APP foi extremamente delicada, conversando com esses setores, mas provocando na conversa que tem que ser a nível de governo - o governo tem que estar sentado aqui em nome da Secretaria e da secretária Alcione Saliba.

A nossa solidariedade aos professores, que quiseram manter esse diálogo. Há seis anos não acontece uma greve no Estado do Paraná ou até mais, pelo menos há seis anos e há cinco anos sem nenhum tipo de reajuste. Tem professores que fizeram cursos de especialização, não estão enquadrados, tem professores que ficaram sem receber a ajuda de aperfeiçoamento que foi prometida, tem escola sem receber o Cidadão Nota Dez. Temos problemas de várias ordens.

Discutimos já o vale-creche, vale-alimentação, PCCS, enfim temos que dar uma resposta à categoria. Acho que a categoria foi complacente até demais, esperou até demais, dialogando, dialogando, dialogando e sempre foram enganados neste processo.

A greve, senhor presidente, senhores deputados, pelo que estou sentindo na base, no interior do Paraná, é muito contundente, é muito forte, é arrojada, diga-se de passagem. Os instrumentos que a Secretária de Educação

está prometendo, como descontar em folha, como tirar os professores que não são efetivos não está surtindo nenhum efeito porque vários professores, na corda bamba, estão fazendo greve!

Tenho a informação que amanhã vêm para Curitiba, a convite do governador, vários diretores de escolas, de núcleos, para tentar fazer uma mobilização no sentido dos diretores pressionarem os seus professores a não permanecer na greve. Mas quero alertar aqui, segunda-feira, voltava para o interior, para participar da festa de aniversário da minha filha, viajei com duas chefes de núcleos da minha região e elas manifestaram solidariedade aos professores. Não concordaram porque vieram a Curitiba para conversar com a secretária e nem a secretária de Educação conversou com as suas chefes de núcleos, mandou a sua assessora. Parece que a situação está delicada, inclusive *interna corporis*, dentro do próprio corpo da Secretaria da Educação é complicado. E não é desejo da APP Sindicato, manifestado aqui, o professor Romeu não me deu autorização para falar, mas não é desejo da APP Sindicato que neste momento crie-se turbulência interna e que não venham com a proposta unificada e viável à categoria. A categoria está querendo negociar, sobretudo reajustes salariais, mas tem que vir uma proposta unificada e que seja atendida pelo governo do Estado.

Então essa é a nossa preocupação, iremos conversar com o deputado Valdir Rossoni, Líder do Governo, para que possamos tabelar a melhor forma de já termos negociações propositivas e positivas, na questão da greve dos professores.

Manifesto, mais uma vez, o total apoio deste Parlamentar, que foi professor estadual, entrei no Estado do Paraná em 1987, 15 dias de professor entrei na primeira greve. Então sei que fazer uma greve não é fácil, enfrenta oposições da sociedade, do próprio governo do Estado mas foi necessário para garantir a dignidade da categoria. Há muito tempo eles estão com muita cautela para conduzir este processo e é contundente o movimento no Estado do Paraná, é contundente e nós, enquanto Assembléia, não podemos faltar a este momento, tão grave, da história educacional do Estado do Paraná.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Horário do PSDB com a palavra o deputado Sérgio Spada.

O SR. SERGIO SPADA

Senhor presidente, senhores deputados. Tenho recebido no últimos dias várias correspondências de subseções da Ordem dos advogados do interior do Paraná, certamente os nobres Pares também as tem recebido, como esta que veio da Ordem dos advogados da região de Guarapuava, assinada pelo senhor presidente, doutor César Manrini de Toledo; da sub-seção de Foz do Iguaçu, subscrita pelo advogado Edir Rafain, da sub-seção de

Têlemaco Borba, assinada pelo advogado Divanir Ribas de Carvalho; de União da Vitória, assinada pelo advogado Divanir de Mello.

Também correspondência da Câmara de Vereadores de Iporã, através da qual a Câmara aprova moção de repúdio à possibilidade de ser aprovada, por esta Casa, mais um aumento das custas judiciais. Esse projeto não se encontra na Casa. Mas há informações no meio jurídico de que está prestes a chegar a essa Casa.

Não só porque sou advogado, mas porque tenho falado muito com colegas advogados e com a população. Sabemos que a justiça está elitizada, inacessível para uma parte da sociedade brasileira porque as custas estão mais caras que o honorário do advogado. Já está insuportável. Pessoas de baixa renda não tem condições de ingressar na justiça, por causa das custas judiciais.

Quero deixar bem claro que serei frontalmente contra qualquer projeto dessa natureza. Não temos condições de sobrecarregar ainda mais a sociedade; ainda mais a categoria dos profissionais liberais que atuam na área jurídica. Além dos outros problemas enfrentados pelas partes e também pelos profissionais da área como a morosidade, a infinidade de recursos, agravos que se arrastam por dez anos para se decidir, quando não levam muito mais.

Fica aqui o meu protesto contra qualquer tipo de tentativa nesse sentido.

Gostaria de fazer um registro. Faço parte de uma das comissões instaladas nesta Casa, a CPI das denúncias de adulteração nos combustíveis no Estado do Paraná. Conheço bem essa questão, porque fui secretário do Procon e chegava até mim denúncias de problemas nesse setor. Dizer da minha surpresa pela repercussão que os trabalhos da nossa CPI está tendo, com apoio integral da imprensa e que, certamente já prestou um grande serviço à sociedade. Estamos investigando com relação a adulteração de combustível, a sonegação de impostos, com relação a modalidades novas de crimes que não conhecíamos, mas que estão surgindo através dos trabalhos da CPI. Certamente o combustível que está sendo consumido no Estado do Paraná é melhor do que antes da instalação da CPI. Os trabalhos da CPI tem sido cometidos e não são poucos os casos de flagrantes de base de adulteração de combustível na região de Londrina. Como a constatação de empresas fantasmas atuando com laranjas para esta prática de delitos contra a sociedade, contra o Estado e, também contra a União.

Concedo o aparte com muito prazer ao deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Cumprimento a Vossa Excelência pelo trabalho desempenhado na CPI do Combustível, por normas internas não estamos participando, fato conhecido dessa Casa, as razões. Mas, todos torcemos para que essa CPI alcance um resultado positivo.

Afinal de contas é a Assembléia Legislativa do nosso Estado que sairá fortalecida se a CPI do Combustível, a CPI do Supermercado e tantas outras, tiverem o desempenho satisfatório pela comunidade.

Gostaria também de registrar Deputado porque sistematicamente, quando fala-se nessa Casa de custas, imagina-se custas de cartório. E acaba uma categoria da qual faço parte por ter como profissão um serventário de justiça, dá impressão que está se querendo aumentar as custas de cartório.

Sei que não é a intenção de Vossa Excelência, mas na verdade o projeto que está na Casa, é um projeto de Custas Judiciais. Não tem nada haver com cartório.

Aliás, há questão de 90 dias atrás, aprovamos uma ampla tabela de reajustes de custas judiciais, que houve protesto da própria Ordem dos Advogados do Brasil.

Apenas, para justificar que há na Casa, um projeto de aumento de custas judiciais, são custas cobradas internamente no Poder Judiciário.

O SR. SÉRGIO SPADA

Exatamente. É plenamente justificável essa sua preocupação, porque na visão do leigo custas, são custas. Custas de cartório, custas Judiciais, aparentemente é a mesma coisa, mas há uma diferença enorme. Me referi as Custas Judiciais.

Custas em que as partes interessadas vai acabar pagando para o Poder Judiciário. Aliás, tem que depositar antecipadamente, antes mesmo de ingressar com ação na justiça.

Queria enaltecer o trabalho do deputado Durval Amaral na Presidência da Comissão, deputado Tony Garcia na relatoria, da Comissão de Combate a adulteração de Combustível. Dizer que o trabalho que estamos fazendo é profícuo, é importante, certamente vai trazer bons resultados à sociedade paranaense de um modo geral.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PTB, Liderança da Oposição. Com a palavra no Horário da Liderança de Oposição, deputado José Maria Ferreira.

Quero aproveitar a oportunidade antes do deputado José Maria Ferreira, que a pouco conversava com o deputado Orlando Pessuti diretamente de Paris, com os nossos companheiros que lá estão, dizendo da alegria e satisfação que teve ao ver o Paraná incluído nos estados dispensados, apenas com a vacinação, com o problema da febre aftosa. Vários representantes do nosso Estado, lá estão. Me comprometi que iria comunicá-los e já na 6ª feira teremos aqui a nossa comitiva de volta. Sem, dúvida nenhuma com detalhes comunicando a todos os nossos companheiros.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Hoje pela manhã, senhor presidente, em nome de Vossa Excelência fizemos parte da Mesa, que presidia o deputado Irineu Colombo pela Comissão de Educação e o deputado Ademir Bier pela Comissão de Finanças, aonde foi tratado da questão da Educação no nosso estado, especialmente, quando a Fundef e quanto aos recursos do Salário Educação.

A pouco usou a Tribuna desta Casa, no Grande Expediente o secretário competente afeito as questões da Educação do nosso Estado e do município de Londrina, aonde existe diferente do Estado uma situação estruturada há anos, na área da Educação.

Londrina é um exemplo, aqui Londrina não traz só os exemplos negativos, mas quero aqui citar um exemplo positivo, que há anos vem sendo sustentado que é o nível da Educação, da estrutura de cargo, carreiras e salários do município de Londrina.

Mas trazia aqui as dificuldades dos municípios em não ter discriminada a verba proveniente do salário Educação.

Como disse o próprio secretário José Dorival, dos três terços arrecadados produtos de dois e meio por cento, da Folha de Pagamento das empresas no Estado do Paraná, 1/3 fica direto no Governo Federal e 2/3 são encaminhados ao Estado do Paraná.

A Lei nº 9424, que é a LDB Nacional estabelece cada Estado venha regulamentar através das suas Assembleias, órgão competente a distribuição desses recursos.

O deputado Colombo já histórico desta Tribuna, como é que está sendo realizado, feitos e os projetos como caminham nesta Casa.

Eu e o deputado somos parceiros no Projeto de lei nº 102/00, em que cria a responsabilidade do Estado em estabelecimentos por cotas e níveis de matrículas de ambos, o repasse desses recursos.

É bom senhores deputados, que tenhamos a atenção para esta matéria, porque ela vem de encontro aos interesses da Educação do nosso Estado. Os municípios passam por dificuldades extremas, o Fundef não foi suficiente para cobrir as necessidades e, ainda mais, que o estado hoje vem, de longa data deixando de ressarcir as despesas com transporte escolar.

Um projeto também de nossa autoria, que até hoje não foi regulamentado, que grande parte dos municípios faz, realiza este transporte escolar, aos alunos da 5ª a 8ª série, que são constitucionalmente de responsabilidade do estado.

Não adianta, o Estado ter o espaço físico, contar com os professores se não tem meios para colocar o aluno na sala de aula e, quem faz isso é o município. Portanto, ele deveria constitucionalmente ser ressarcidos desses valores.

Aqui então fica o registro da Undime que tem feito um trabalho de excepcional qualidade, de conscientização, em torno de seus municípios e dos seus administradores, dos secretários de educação e cultura dos

municípios de conhecer a lei, conhecer o Fundef. Fazer e realizar a sua boa aplicação.

Porque se vamos ver hoje grande parte dos prefeitos terão problemas sérios nas próximas eleições ou na aprovação de suas contas em função da própria gestão do Fundef.

Recentemente eu e outros deputados recebemos professores que fazem parte do Celem, buscando apoio desta Casa e aqui quero me dirigir ao senhor líder do governo, deputado Rossoni. O Celem que foi sempre um meio de capacitação, melhoria e qualificação da nossa população.

Temos em torno das nossas fronteiras a oeste, todos países de fala espanhola e que sabemos da deficiência na formação do nosso povo no domínio de mais uma língua. As vezes não domina nem bem o nosso português, mas precisamos abrir os espaços e uma portaria da senhora secretária da Educação, impediu que pessoas interessadas extra matrícula regular, dentro do currículo das escolas estaduais, frequentem as salas do Celem. Ora, devemos ter a preocupação isto sim, de colocar cada vez mais interessados dentro das salas de aula, cada vez mais capacitar e permitir que possamos ter o domínio de mais um língua. Entretanto, estamos vendo, dentro da Secretaria de Educação do Paraná, o contrário. Impede e retira das salas de aula aqueles que têm e que querem buscar em melhor aperfeiçoamento.

Fica o nosso apelo no sentido de que esta Portaria seja revogada para que possa permitir a todos os interessados o acesso ao aprendizado de mais uma língua.

Fruto da reunião de hoje, senhor presidente, em acordo com os deputados que estiveram presentes na reunião, deputados Irineu Colombo, este que vos fala, Ademir Bier, Edgar Bueno, Antonio Annibelli, Duílio Genari, estamos encaminhando requerimento que será submetido à aprovação desta Casa e que, em seguida, receberá a votação. Tem endereço ao Ministério da Educação e Cultura para que sejam acolhidas algumas das necessidades dos municípios do nosso Estado.

Este requerimento, desejamos e gostaríamos de vê-lo aprovado nesta Casa.

Há também a questão do pedágio aqui abordada e o Tribunal de Contas da União, através de uma Súmula, nº 172, estabeleceu o seguinte:

(Lê):

“TCU proíbe cobrança de pedágio

Decisão do Tribunal de Contas da União proíbe a cobrança do pedágio em estradas de pistas simples. Comunicação nesse sentido foi feita ontem, ao Plenário do Tribunal de Contas, pelo conselheiro Artagão de Mattos Leão, tendo em vista o Seminário sobre Concessões Rodoviárias realizado na semana passada. Segundo o conselheiro, pela decisão nº 172, o TCU determinou ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER “que abstenha-se de cobrança do pedágio em rodovias de pistas simples, diretamente ou por delegação

e que oriente os Estados com os quais celebrou convênio, delegando o referido encargo, que adotem o mesmo comportamento”. A decisão foi tomada tendo por base denúncia da Associação Brasileira de Engenheiros Rodoviários e foi relator o ministro José Antonio B. de Macedo. No Paraná são duplicadas apenas as ligações entre Curitiba-Paranaguá e Curitiba-Ponta Grossa.

Labirintite afasta corregedor

O corregedor geral do TC, conselheiro Nestor Baptista, não compareceu a sessão de ontem e pediu licença para tratamento de uma crise de labirintite. Com isso, as denúncias que constavam da pauta da sessão foram transferidas para a próxima semana. Entre eles, uma denúncia feita pelos vereadores de Ponta Grossa contra o prefeito Jocelito Canto.

TC reúne 66 municípios

Vereadores de 66 municípios estão sendo convidados a participar, na próxima sexta-feira, de mais um seminário promovido pelo Tribunal de Contas sobre a atuação do Legislativo. O presidente Quielse Crisóstomo da Silva abre o encontro às 9 horas, no auditório da Câmara Municipal de Bela Vista do Paraíso. São convidados os vereadores das regiões Norte, Médio Paranapanema e Vale do Ivaí.”

Esta foi uma situação em que a Oposição cansou em dizer que o pedágio era irregular, que o pedágio não cumpria o texto legal.

Cansamos de afirmar que o Estado do Paraná, através do seu governo, estava realizando uma cobrança indevida. Fizemos pronunciamentos e inclusive citando o Decreto-Lei nº 961/66 em que estabelece que não se pode cobrar pedágio em vias simples.

Ora, agora um pouco mais tarde e com certeza, com prejuízos ao Erário Público em função de contratos, em função de compromissos assumidos com as concessionárias, o Estado do Paraná está aí com mais um problema. Com certeza, criando dificuldade ao Erário Público e ao futuro deste Estado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra à Liderança do Governo.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, gostaria que Vossa Excelência me inscrevesse no Pequeno Expediente de amanhã para que possa falar sobre as questões levantadas por vários senhores deputados inclusive sobre a questão das negociações com os professores.

Não farei uso da palavra porque Vossa Excelência deve estar percebendo que o Plenário está quase vazio. Inscrevo-me hoje para o Pequeno Expediente e farei uso do Horário da Liderança do Governo para poder explicar essas questões e o andamento dessas negociações.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente inscrito e aproveito a oportunidade para registrar a presença do presidente da Câmara de Goioerê e do vereador Zinho. Sejam bem-vindos à nossa Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 senhores deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo senhor deputado Edno Guimarães, constante do expediente, solicitando autorização para que o senhor Frederico Fonseca da Silva, Engenheiro Agrônomo do município de Cianorte, utilize por 15 minutos a Tribuna desta Casa, no dia 24 do corrente mês, para discorrer sobre o desflorestamento realizado no citado município e o impacto ambiental da dita ação. **Atendido o seu objetivo. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do senhor Élio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Duílio Genari constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 546/99, de autoria do deputado Luiz Fernandes “Litro”, que autoriza o Poder Executivo, a criar a Delegacia de Dois Vizinhos. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 157, de 03.11.99).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 550/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Criança e do Adolescente no município de Almirante Tamandaré. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 158, de 04.11.99).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 083/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste, que declara de Utilidade Pública, a Comunidade Terapêutica Ancoradouro, no município de Foz do Iguaçu - Paraná, com sede e foro no mesmo município. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 021, de 22.03.2000).**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 144/99, de autoria do deputado Pastor Praczyk, que dispõe sobre

transporte gratuito e obrigatório de policiais militares fardados. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.P.T.C. COM EMENDA DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 911, de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 144/99, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 144/99 por 10 (dez) sessões.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 370/99, de autoria do deputado Ricardo Chab, que dispõe sobre a interrupção de fornecimento de água e luz aos consumidores do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F..

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 917-A de autoria dos senhores deputados Ricardo Chab e Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando o adiamento da votação do Projeto de Lei nº 370/99 para a próxima Sessão Plenária de terça-feira, dia 30 de maio de 2000. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 370/99 para a próxima Sessão Ordinária de 30.05.2000.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 125/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Apucarana, com sede e foro no município de Apucarana. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 040, de 26.04.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 125/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Justus, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Apucarana, com sede e foro no município de Apucarana.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 16.05.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 127/2000, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade

Pública, a Associação de Moradores do Distrito de Alecrim, com sede e foro no município de Curiúva. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 040, de 26.04.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 127/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Algaci Tulio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Distrito de Alecrim, com sede e foro no município de Curiúva/Paraná.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 131/00, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública, o "Provopar Municipal - Ação Social", no município de Campo Largo. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 043, de 02.05.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 131/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o Provopar Municipal - Ação Social, no município de Campo Largo.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 16.05.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 139/2000, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o Clube dos Idosos "São Luiz Gonzaga", com sede e foro no município de Toledo. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 048, de 10.05.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 139/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Duílio Genari, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o Clube de Idosos “São Luiz Gonzaga”, com sede no Distrito de São Luiz D'Oeste e foro no município de Toledo.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 16.05.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 856, 860, 861 e 885, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constantes do expediente da sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 898, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 905, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 906, 907 e 913, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 908, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 910, de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, com apoio dos senhores deputados José Maria Ferreira e Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 912, de autoria dos senhores deputados Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Ademir Bier, Edgar Bueno e Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 916 e 917, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 25, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 125, 127, 131 e 139/2000.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 118/2000 e do Projeto de Resolução nº 012/2000.

Levanta-se a sessão.